

ARTIGO

3 O rentismo também implodirá?, por Tânia Bacelar de Araújo

ARTIGO

5 Sob que condições o EURO pode ser aceitável?, por Philip Arestis

SEMINÁRIO

4 Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado

RESENHA

7 Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea

CONGRESSO

20 XIV Congresso da ANGE

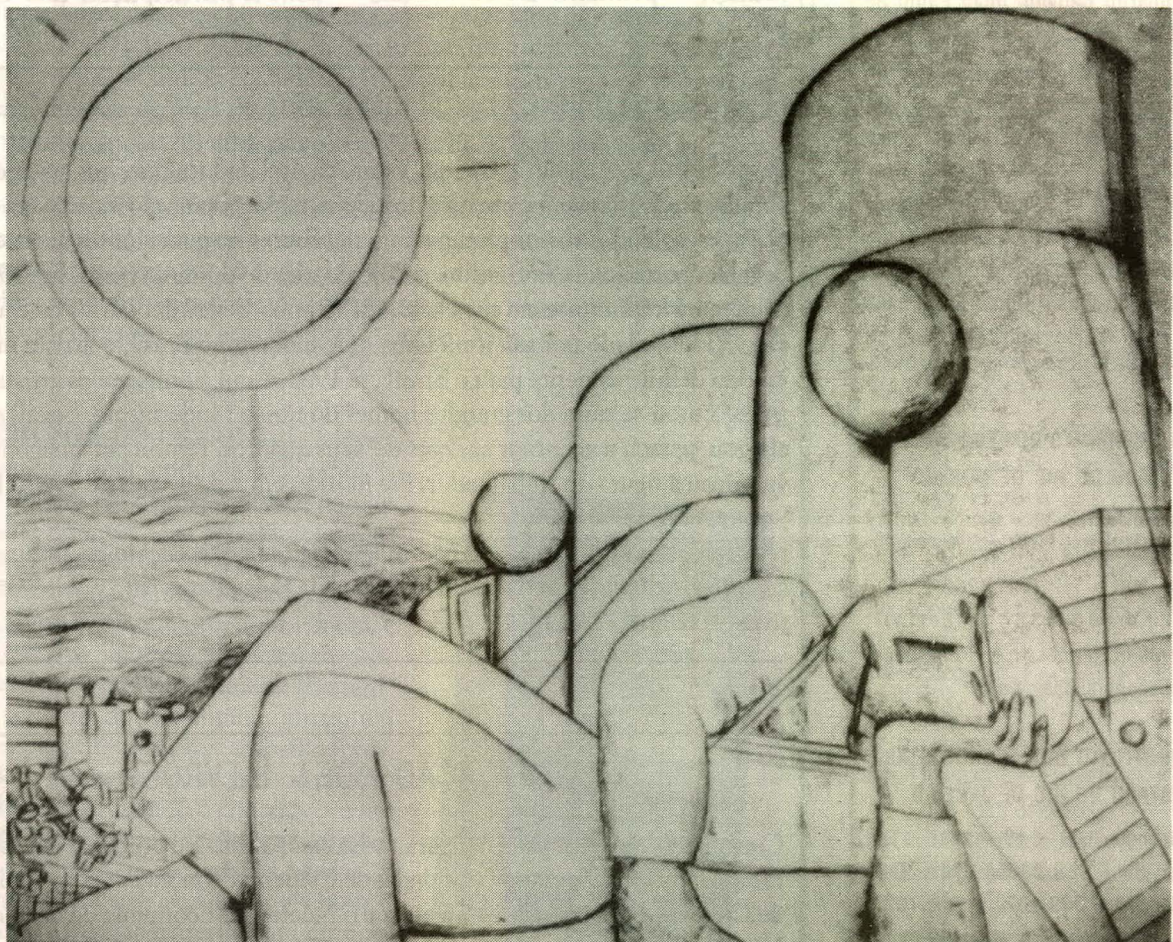
EM SETEMBRO:

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS
VII CONGRESSO DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Pág. 16 a 18

Economia brasileira: saídas de **curto prazo**

O Corecon-RJ e a Andima iniciaram importante debate sobre alternativas para o processo de desenvolvimento da economia brasileira. Para tanto, definiram uma agenda que torne possível repensar um contexto de retomada do crescimento para o próximo milênio que liberte o Brasil das amarras conjunturais em que está atado. O resultado desse primeiro debate, ocupa o espaço dedicado geralmente a entrevista no *Jornal dos Economistas*.

páginas 10 a 15



MARINHEIRO DEITADO COM CACHIMBO, DE LASAR SEGALL, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ricardo Bueno (MT 61577/79) • **Jornalista Assistente:** Viviane Paula Viana • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 232-8178 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 - Fax: (021) 240-4366 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Avaliação dos Cursos de Economia: os próximos passos

O programa de avaliação dos cursos de graduação de economia prossegue no âmbito do MEC e através do projeto de Censo Qualificado Cofecon-Ange. Concluído o Exame Nacional do Curso de Economia, conhecido como Provão, o MEC está iniciando o estudo das Condições de Oferta, que fará um diagnóstico da infra-estrutura material e dos recursos humanos das faculdades de economia do país. O sistema Cofecon-Corecons participou ativamente deste projeto, uma vez que concluímos por ampla pesquisa realizada com a categoria, que exige nossa inserção na defesa da qualidade da formação profissional.

A participação do sistema, no entanto, não ficou restrita ou atrelada ao MEC. Nosso projeto de avaliação independente irá produzir o primeiro Diretório dos

Cursos de Economia do Brasil, com informações relevantes disponíveis para todos os interessados. O Sistema vem também promovendo seminários para discutir os pontos positivos e os erros cometidos na preparação do Provão. Vários dos membros da comissão do MEC-INEP que formulou as diretrizes para a preparação do exame participam ativamente da vida do sistema, sendo que dois deles (José Luiz Pagnussat e Luiz Carlos Delorme Prado) são ex-presidentes do Cofecon.

Neste sentido, o Corecon-RJ, cumprindo mais uma etapa de permanentemente acompanhar e discutir as questões relacionadas à formação e envio da categoria, estará promovendo no próximo dia 13 de Agosto, Dia do Economista, um debate sobre a Avaliação, com a participação dos Chefes de

Departamento das faculdades de economia do Rio de Janeiro e de membros da Comissão de Especialista de Economia do MEC para discutir até onde fomos nesse processo, e em que direção devemos caminhar. O trabalho de avaliação e a defesa da contínua melhoria dos cursos de economia do país está apenas começando, o debate amplo dará legitimidade a nossa participação neste processo, e contribuirá para definir o papel estratégico do nosso sistema nessa discussão.

O encontro se realizará dia 13 de agosto (no bojo das comemorações do Dia do Economista) no auditório Josué de Castro, na Universidade Cândido Mendes, na Rua da Assembléia, 10, 5º andar, Centro. A programação encontra-se disponível na home page dos economistas (www.economistas.com.br).

CAPA/ARTE

Lasar Segall nasceu em 1891, em Vilna, capital da Lituânia, que na época estava sob a dominação da Rússia. A maioria da população de Vilna era composta de judeus, mas a população judaica era obrigada pelos russos a viver num gueto. Em diversas ocasiões, soldados russos promoveram massacres no gueto. Esses acontecimentos foram chamados de pogroms. A família de Segall era ortodoxa e enfrentou as dificuldades do domínio russo. Em 1937, ele pintou o quadro Pogrom. O sofrimento judeu é um tema importante em sua obra. Aos 15 anos, Segall deixou Vilna e foi para Berlim, estudar na Academia de Belas-Artes. Em 1913, ajudado por sua irmã Luba, que morava no Brasil, o artista montou exposições em São Paulo e Campinas. Ele se mudou definitivamente para o Brasil em 1923. Aqui, conheceu os artistas da Semana de Arte Moderna de 1922. Mais tarde, transformou-se num dos grandes nomes do nosso Modernismo. Segall se impressionou com a paisagem brasileira. Quando chegou, passou a acentuar as cores de seus quadros. Pintou personagens sofridos, como prostitutas e pobres. Em suas obras, valorizou a figura do trabalhador. Ele morreu em 2 de agosto de 1957, devido a problemas cardíacos.

Na capa, reproduzimos a obra *Marinheiro deitado com cachimbo*, ponta-seca com área impressa de 28,7 x 35,9 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Diaz.

CAMPAÑA DOAÇÃO DE LIVROS

Continuem com suas doações para nossa campanha. No primeiro semestre de 1999 já recebemos em torno de 900 obras, que estão sendo enviadas para Faculdades de Ciências Econômicas com finalidade de equipar seus acervos, entre elas à Faculdade de Ciências Econômicas de Valença e o Núcleo de Economia da Faculdade Estácio de Sá. Acreditamos que nossa iniciativa representa um importante serviço de intercâmbio entre Instituições do Estado do Rio de Janeiro, que permite disponibilizar importantes obras para um amplo público de leitor.

— ARTIGO —

por Tânia Bacelar de Araújo

O rentismo também implodirá ?

Madrugada de Primeiro de maio de 1981. Há dezoito anos, no Rio Centro, numa comemoração do Dia do Trabalho, cerca de 10 mil pessoas se aglomeravam para ouvir nossos artistas: sempre arautos do futuro.

O país emergia, lentamente, dos anos de chumbo da ditadura, mas segmentos militares resistiam à redemocratização. Agentes do DOI-CODI, num pequeno Puma, portavam uma bomba. Iriam explodi-la sobre aquela multidão alegre, representativa de um país que voltava a acreditar que chegaria a viver numa democracia? Nunca saberemos. A bomba explodiu antes, no colo de um deles. O Inquérito feito pelos militares concluiu, como era comum na época, que “esquerdistas” a haviam jogado no carro.

Mas uma revista de grande circulação fez do fato sua matéria de capa com uma manchete ontológica, cristalina como a verdade que se tentava esconder: “O terror implode!”

Depois daquele dia, nunca mais o Brasil foi o mesmo. A luta pela democracia fora se firmando cada vez mais. E à Anistia antes conquistada, se seguiram as eleições diretas em todos os níveis, a Constituinte, e outras conquistas típicas do regime democrático. E neste junho de 1999, a Comissão de Direitos Humanos conseguiu reabrir o processo para dar luz à verdade.

Em meio à conquista desses

avanços no campo político, no plano econômico o Brasil mergulhava na crise da dívida externa e começava a ser corroído pelo rentismo, que desde os anos 70 se impunha mundo afora. Monitorada pelo FMI, a equipe econômica da época buscava gerar mega – superávits na Balança Comercial brasileira. Com isso, gerava dólares e os transferia aos credores de uma dívida externa enlouquecida pelo “choque dos juros”, imposto ao mundo pela política monetária dos EEUU. Um choque que bate de frente no Estado Desenvolvimentista que aqui patrocinara a construção da oitava economia industrial do mundo.

Endividado e deficitário, o Estado brasileiro foi se tornando refém de seus credores – emprestadores daqui e de fora – que passam cada vez mais a enriquecer, gerar lucros, ampliar seu patrimônio na **esfera financeira** da economia. Enquanto as taxas de crescimento do PIB se reduzem e oscilam em patamares muito baixos.

Nos anos 90, se consuma nossa **rendição ao capital financeiro globalizado**. Jovens economistas-financistas chegam ao poder e assessoram nossa elite internacionalizada e adepta do ganho fácil a ir rendendo o país à voracidade do ganho financeiro (rentismo). Collor promove rápida e intensa desregulamentação do sistema financeiro do país, abrindo-o à internacionalização galopante que se segue. Tarefa que

Fernando Henrique aprofunda.

Outros competentes economistas – financistas, muitos dos quais viraram banqueiros, ou diretores e consultores dos grandes bancos, montam o Plano Real, que mais que domar a inflação, patrocina o rentismo.

A base produtiva do país, garroteada e exposta a uma competição feroz (com a abertura comercial associada à sobrevalorização cambial), vai quebrando os elos de cadeias produtivas montadas durante décadas, e vai se desnacionalizando (segundo o Senador Pedro Piva – PSDB /SP, o capital estrangeiro participou de 650 das 1181 fusões e aquisições de empresas nacionais no primeiro mandato de Fernando Henrique e as empresas controladas por multinacionais já respondem por mais de metade do faturamento líquido de todas as empresas instaladas no Brasil, quando em 1980 esse percentual era de 28%). O crescimento da produção doméstica só fez declinar, ano após anos, até a recessão desse 1999, com desemprego nunca visto, exibindo taxas *records* em todas nossas séries históricas.

A opção fratricida pelo rentismo foi se impondo ao país, onde uma sociedade cada vez mais debilitada e sem perspectiva vê crescer a violência urbana, impondo um “clima de medo”, que substitui o “clima de terror” dos anos da ditadura. Passamos, assim, a viver num ambiente onde os recursos que sobram para salvar bancos, proteger rentistas, tratar “a pão de ló”

os especuladores, faltam à educação, à saúde, ao saneamento, à reforma agrária e à promoção do desenvolvimento de iniciativas que nossos pequenos e médios empreendedores insistem em tomar.

Nesse 1999, no entanto, na CPI dos Bancos, nas manchetes que revelam os lucros extraordinários obtidos pelos Bancos e pelos rentistas, em grande parte às custas do aprofundamento da dívida do Estado brasileiro, a força do **rentismo** aparece com nitidez.

Ele se revela à luz do dia aos brasileiros, que começam a se dar conta de para onde estavam sendo levados. E do peso dos débitos que terão que saldar, enquanto os rentistas (daqui e de fora) se deleitam,

O rentismo se revela, também, na promiscuidade entre economistas – financistas e os grandes aplicadores, o famoso “mercado”, e o tamanho da isenção tributária de que desfrutam os grandes bancos, como bem disseçou o Dr. Everardo Maciel, dirigente máximo da Receita Federal, em seu depoimento no Senado, parte dos depoimentos da CPI dos Bancos.

Será que revelações desse tipo, como a do Rio Centro, nos darão forças para insistir na mudança de rumo da política econômica que predomina há mais de uma década, e desconstrói o país? Será que teremos força para fazer implodir o rentismo?

Tânia Bacelar de Araújo é economista, profª da UFPE e conselheira do Cofecon.

— ADVOGADO DE PLANTÃO —

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, Sindacon e Ierj – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (0 xx 21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

— FIQUE POR DENTRO —

VALOR

REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de agosto.

— BIBLIOTECA —

ATENÇÃO!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:

Segundas, Quartas e Sextas, das 12h às 18h.

Terças e Quintas, das 11h às 17h.

SEMINÁRIO

Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado

CPDA/UFRRJ: Resultados e Reflexões

18, 19 e 20 de Agosto

A questão da reforma do Estado – especialmente quando enfocada pelo ângulo das relações entre estado, economia e sociedade – ganha renovada importância no contexto atual: buscam-se capacidades – administrativas, gerenciais, financeiras, governamentais capazes de ampliar a “inteligência” dos governos nacionais nas relações com os agentes econômicos e atores políticos, tanto no que diz respeito às políticas econômicas, quanto no que concerne às políticas sociais. Esta recapitação do Estado, *vis a vis* as demandas políticas de diferentes procedências, parece essencial não ape-

nas para enfrentar a alta concorrência gerada pela globalização dos mercados e pela planetarização das redes de informação e comunicação, mas principalmente para enfrentar os processos de reestruturação produtiva, tecnológica e financeira em curso.

O Seminário pretende focalizar questões mais gerais – ordem política, processos decisórios, descentralização, novas agências de regulação, novo papel da burocracia, instâncias alternativas de formulação de políticas, poder judiciário e poder local – e suas implicações sobre as políticas econômicas e sociais, espe-

cialmente com as políticas agrícolas, agrárias e agroindustriais, e sobre a sociedade que se move no âmbito urbano-rural.

O seminário *Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado do CPDA/UFRRJ: Resultados e reflexões* tem, em suma, como objetivos: apresentar resultados finais das pes-

quisas financiadas pela CAPES/MARE/CNPq/FINEP e aproveitar a reflexão resultante do esforço realizado para aprofundar a análise das relações entre processos econômicos e sociais e os recursos políticos disponíveis face às necessárias transformações pelas quais passa o Estado brasileiro hoje.

Coordenação:

Ana Célia Castro (CPDA/UFRRJ) ancastro@gbl.com.br

Apoio técnico:

Eugenio Maia Giglio – eamg@ie.ufrj.br

Mais informações: (0xx21) 295-1447 ramal 234

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 – Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

Sob que condições pode o Euro ser aceitável?*

Professor Philip Arestis, um dos mais destacados economistas pós-keynesianos na atualidade, esteve no Brasil em junho passado, onde proferiu palestras sobre as implicações da adoção do Euro e sobre liberalização financeira e seus impactos sobre os países emergentes na Universidade de Brasília (UnB), no IV Encontro Nacional de Economia Política, em Porto Alegre, e na Universidade Candido Mendes-Ipanema (UCAM), respectivamente. Professor e Chefe do Departamento de Economia da Universidade de East London, tem desenvolvido suas pesquisas na área de macroeconomia, economia monetária, política econômica e economia aplicada, que têm sido publicadas em importantes revistas de economia (Cambridge Journal, The Economic Journal, entre outras) e em diversos livros publicados e organizados por ele.

INTRODUÇÃO

A adoção e implementação de uma única moeda corrente europeia, o Euro, em janeiro de 1999, suscita a questão de que se as circunstâncias, os acordos e os programas institucionais naquela época eram os corretos. Se eles não estavam, então haviam problemas econômicos, os quais podem conduzir a desastres econômicos e ameaçar a própria União Europeia. Nosso ponto de partida é a visão de que uma única moeda corrente só deve ser adotada se, ao menos, ela não piorar as perspectivas para o total emprego, as desigualdades regionais e o crescimento sustentável. Estar em dúvida acerca da adoção de uma única moeda corrente europeia é frequentemente entendida como sendo anti-europeu. Nossa visão é que ser verdadeiramente europeu envolveria um anseio para o pleno emprego, prosperidade para todos os cidadãos da União Europeia e a redução das disparidades entre regiões e países. É com base neste critério que nós julgamos a sensatez da adoção de uma única moeda corrente para a União Europeia (UE).

CRITÉRIOS DE CONVERGÊNCIA

Os critérios de convergência para a associação de um país numa única

moeda europeia foram: (1) um alto grau de estabilidade de preços, com uma taxa de inflação ao redor de 1,5% dos três melhores desempenhos dos estados membros; (2) finanças governamentais "sadia", definida como uma relação máxima do déficit governamental de 3% do PIB a preços de mercado, e uma relação máxima da dívida pública de 60% do PIB a preços de mercado; (3) níveis de taxa de juros a longo prazo que não excedam dois pontos percentuais das taxas do título público nominal a longo termo dos três melhores desempenhos dos estados membros, em termos de estabilidade de preços; (4) observância das margens de oscilação normais do Mecanismo da Taxa de Câmbio (Exchange Rate Mechanism - ERM¹) por pelo menos dois anos sem nenhuma desvalorização entre os meios circulantes dos estados membros. Além desses critérios, existe a importante condição adicional da independência do Banco Central Nacional. Este critério refere-se aos estatutos dos Bancos Centrais Nacionais e requer a independência deles. A estabilidade de preços é o objetivo básico da política monetária.

Fundamental para a nossa argumentação é que, após janeiro de 1999, os países membros da área do Euro

terão que aderir ao Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ele continua a impor uma relação máxima de 3% do déficit público em relação ao PIB depois de janeiro de 1999 - e existem penalidades severas para os países que deixarem de alcançar esta relação. Na prática isso implica em orçamentos equilibrados e o déficit de 3% só deve ser utilizado em tempos de dificuldades econômicas. Ambas as tentativas de alcançar aqueles critérios e de aderir às regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento têm sido associadas com taxas de desemprego elevadas e inevitavelmente serão aumentadas mais adiante.

O ingresso numa única moeda corrente obviamente envolve a aceitação de uma taxa de câmbio entre cada moeda corrente dos países membros e o Euro, e esta é uma decisão que é irreversível. Se a taxa for fixada, de forma relevante, incorretamente, então isto poderá ter enormes e duradouras conseqüências para a economia. A experiência britânica acerca do regresso ao padrão ouro em 1925 com uma sobrevalorização de aproximadamente 10% e o ingresso no Mecanismo da Taxa Cambial em 1990 com uma sobrevalorização de aproximadamente 15% mostram os perigos de uma taxa cambial fixada incorretamente. A sobrevalorização suscita a questão de qual é o correto valor da moeda: nossa referência de nível é uma taxa cambial que seja compatível com uma posição de comércio sustentável e o pleno emprego. A questão surge se há entre um conjunto reciprocamente compatível de taxas de câmbio que sejam compatíveis com o pleno emprego em cada um dos países membros do Euro. Evidentemente no contexto dos acordos atuais não há tal conjunto dentro da Zona do Euro.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EMPREGO E DA PRODUÇÃO

A evidente omissão dos critérios acima referidos é qualquer menção

às considerações acerca da produção ou do emprego. A tentativa dos países da região do Euro de se harmonizarem com as condições anteriores e posteriores da união monetária tem produzido diferentes níveis de desemprego e de crescimento do produto em diferentes países e regiões. Isto tem causado, e irá causar mais no futuro, dificuldades de ajuste na presença de taxas de câmbio irrevogavelmente fixadas.

Com taxas de câmbio fixas entre os estados membros, um déficit comercial emerge a partir de uma combinação de inflação relativa rápida e deterioração na competitividade relativa. Diferenças no crescimento da produção irão aparecer como diferenças no crescimento dos salários nominal e real: pressões por salários similares iriam, em face das diferenças de produtividade, levar a diferenças inflacionárias. Uma desvalorização na taxa de câmbio pode ser usada para reduzir ou remover o déficit comercial (apesar de haver algumas dúvidas na eficácia da desvalorização). Quando há uma única moeda, um déficit comercial ainda pode emergir, mas não pode ser resolvido por uma desvalorização.

Quando uma área econômica (seja um país ou uma unidade maior) tem sua própria moeda corrente, obviamente o valor daquela moeda pode variar em função das outras moedas. Ao mesmo tempo que existem óbvios constrangimentos na habilidade de um país variar o valor de sua moeda doméstica como ele deseja, variações no valor da moeda são uma válvula de segurança potencial que compensa diferenças na performance econômica do país quando comparado com a de outros. Estas diferenças relacionam-se, por exemplo, à inflação e competitividade. Não se pode tirar a conclusão de que se a válvula de segurança é removida, então, as diferenças subjacentes na performance econômica serão removidas. Aquelas diferenças serão expressas em modos

ARTIGO

diferentes. A competitividade decrescente de uma região ou de um país que não pode mais ser compensada pela desvalorização irá ocasionar declínio na produção, renda e emprego na região. Então, existe o perigo de estabelecer-se um círculo vicioso pelo fato da queda na renda levar a um investimento declinante e um nível de emprego decrescente, podendo ocasionar uma migração de mão-de-obra para o exterior. Dentro de uma área com uma só moeda, mecanismos para prevenir esta espiral para baixo são requeridos. O mecanismo óbvio é a transferência de renda das regiões em expansão para as em declínio.

Dentro de um país existem consideráveis, freqüentemente quase automáticas, transferências de renda das regiões mais prósperas para as menos prósperas. Os elementos automáticos advêm do imposto e do sistema de seguridade social e os outros elementos advêm de programa regional e distribuição de fundos para os governos locais. Transferências, pela operação de estabilizadores automáticos, não ocorrem na área do Euro, ou na verdade ao nível da UE, e as transferências discricionárias são relativamente pequenas. Conseqüentemente, o entrave ao declínio de regiões

fracas que emana destas transferências é fortemente ausente. Dado o baixo grau de mobilidade da mão-de-obra através das fronteiras nacionais em vez de dentro delas, a completa perda da possibilidade de ajuste da taxa de câmbio requer um programa adequado de transferências regionais através de uma política fiscal comunitária para acompanhar a política monetária comum proposta. Não existe nada assemelhando-se a estas exigências neste momento dentro da atual estrutura institucional do Euro.

Obviamente, existem muitas diferenças entre os países membros do Euro, algumas delas são particularmente significativas. As variações nas instituições do mercado de trabalho, notavelmente acerca da determinação de salário, significam que existem tendências inflacionárias divergentes e diferentes reações aos choques. Os sistemas bancários estão em estágios diferentes de desenvolvimento com características diversas onde a capacidade dos bancos para criar crédito depende do estágio de evolução deles. Sistemas bancários nos países periféricos (Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda) diferem consideravelmente daqueles dos países centrais (e também existem diferenças importantes dentro dos países centrais,

como, por exemplo, entre Reino Unido e Alemanha). Países periféricos são caracterizados por setores bancários fracos, maior incerteza e maiores preferências pela liquidez do que nos países centrais.

O BANCO CENTRAL EUROPEU

Os acordos do Euro requerem um Banco Central Europeu, acarretando necessariamente futuras restrições nos programas macroeconômicos seguidos pelos governos membros. Não apenas as condições de déficit do Pacto de Estabilidade e Crescimento são impostas, mas também aquela de que o déficit tem que ser financiado por emissão de títulos e não monetizado. De particular preocupação aqui é que o Banco Central Europeu é "independente" e tem como "objetivo primário" da estabilidade de preços. Um Banco Central "independente" deve ser livre do controle político, mas é comum ele ser fortemente influenciado pelos interesses dos mercados financeiros. Participantes nos mercados financeiros estão muito mais preocupados com a taxa de inflação (a qual afeta diretamente os rendimentos que eles recebem) do que com o desemprego e o nível da atividade econômica.

CONCLUSÕES

A adoção de uma única moeda corrente seria, em nossa visão, somente aceitável se isso não ocasionasse impactos adversos no lado real da economia, particularmente no emprego, na produção e na desigualdade através da Zona do Euro. Além disso, a taxa de câmbio na qual moedas domésticas internas entraram numa única moeda européia não tem sido aquela que seria obviamente compatível com altos níveis sustentáveis de emprego. Mecanismos de transferência de renda não estão postos. A sugestão aqui é que o Banco Central Europeu deve ser posto sob claro controle político com seus objetivos incluindo altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável. O euromonetarismo deve ser abandonado se a área jamais irá atingir e manter o pleno emprego.

Philip Arestis é professor de Economia da University of East London.

*As idéias deste artigo foram previamente debatidas em um seminário na Universidade Cândido Mendes, Ipanema. O texto completo está sendo publicado na revista Archê desta Universidade.

¹ O ERM é um componente do Sistema Monetário Europeu, estabelecido em 1979, pelo qual os países participantes fixam suas taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis (nota do revisor).

CAMPANHA

SINDECON/RJ LANÇA CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

Com a perspectiva de ampliar a ação e política dos economistas no Estado do Rio de Janeiro, em uma conjuntura bastante adversa para os setores organizados e populares da sociedade brasileira, o Sindicato dos Economistas está iniciando uma ampla campanha de sindicalização buscando uma maior inserção nas lutas dos trabalhadores.

**SE FICAR O BICHO COME, SE CORRER O BICHO PEGA,
SE JUNTAR E ORGANIZAR O BICHO CORRE!**

Se 1998 não foi um ano tranquilo, 1999 vem sendo marcado pelo agravamento de todos os indicadores que afetam a vida dos brasileiros. O esgotamento do Plano Real enquanto plano de estabilização, a corrupção e a crescente ingerência dos organismos financeiros internacionais, FMI e BIRD, com seu receituário de corte nos gastos públicos e aceleração da venda do que restou de patrimônio público.

O recrudescimento da crise econômica com a volta da inflação e o aumento do desemprego colocam para o nosso sindicato dois níveis distintos e inter-relacionados de problemas e tarefas. De um lado, a necessidade de aumentar o nível de organização dos economistas junto com as demais categorias profissionais presentes nas empresas para lutar agora não apenas contra o desemprego e a redução dos direitos sociais, mas também pela recomposição dos salários - além dos trabalhos que já vinham sendo feitos em conjunto pelas entidades de economistas do Rio de Janeiro (Sindec, IERJ, Corecon) de banco de empregos e retraining de profissionais para buscar novas oportunidades no mercado de trabalho. De outro, a importante tarefa de ajudar na disputa de uma saída para a crise que represente o rompimento com o modelo excludente, proposto pelos organismos financeiros internacionais e materializados na ação do FMI. Nossa ação no interior do movimento dos economistas do Rio de Janeiro, assim como a articulação que se reforça agora com outros sindicatos de economistas no plano nacional, é ponte importante. É para essas importantes, difíceis e necessárias tarefas que estão colocadas para todos nós, é que chamamos a sua participação, o seu engajamento e o seu apoio.

DIREÇÃO COLEGIADA DO SINDECON/RJ

RESENHA

Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea

Gilberto Tadeu Lima, João Sicsú e Luiz Fernando R. de Paula

Os escritos de John Maynard Keynes, ao terem alterado os rumos da teoria econômica contemporânea, o converteram no principal expoente do pensamento econômico deste século. Qualquer que seja a avaliação final que dela se faça, deve-se reconhecer que *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, se constitui na mais importante peça econômica deste século, tendo mesmo inaugurado a moderna tradição macroeconômica, suscitando até hoje variadas interpretações.

Na *Teoria Geral*, o economista inglês procurou demonstrar que uma economia de mercado, quando deixada ao livre jogo de suas forças, não tende a alcançar à posição de pleno emprego. Nesse contexto, intervenções governamentais, sob a forma de políticas econômicas ativas, seriam claramente necessárias. Assim, Keynes não apenas procurou construir uma teoria econômica alternativa à teoria clássica, como, também, demonstrar que essa teoria, se adequadamente aplicada, permitiria ao capitalismo alcançar uma sociedade sem desemprego e com uma distribuição da renda e da riqueza mais equitativa. Como ele assinalou em seu artigo *The End of Laissez-Faire*, "o capitalismo, sabiamente administrado, pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo, mas que, em si, ele é de várias maneiras sujeito a inúmeras objeções".

Uma das mais influentes interpretações da teoria de Keynes deveu-se a James Tobin, Paul Samuelson, Franco Modigliani e Robert Solow. Conhecidos atualmente como velhos-keynesianos, influenciaram gerações de economistas, particularmente durante as décadas de 1950 e 1960, tendo sido responsáveis pela versão então oficial da economia keynesiana. Interpretaram a economia keynesiana como sendo aquela que reconhece a necessidade de intervenção governamental na dinâmica do emprego de uma economia de mercado, dado que a mão invisível, em função da rigidez de preços e salários nominais, tende a agir com muita lentidão. Sua convergência com a visão clássica é o reconhecimento da existência de uma mão invisível no longo prazo atuando no sentido de conduzir a

economia ao pleno emprego, e com a teoria de Keynes é a defesa de políticas econômicas ativas para enfrentar o desemprego.

Milton Friedman foi, na década de 1960, o grande crítico desse arcabouço teórico e da adoção de políticas econômicas ativas. Friedman contra-atacou afirmando que a *moeda importa* e que a política de gastos públicos é inócua pois apenas substitui gastos privados potenciais por gastos governamentais efetivos. Na verdade, essa década foi testemunha do auge e declínio do velho-keynesianismo. O keynesianismo vivia sua fase de glória no período conhecido como "ciclo de ouro" do capitalismo, em que crises e depressões pareciam superadas como resultado do êxito de políticas de sustentação da demanda agregada. Contudo, a aceleração da inflação ao final dessa década e a redução drástica do ritmo de crescimento das economias avançadas forneceram ao monetarismo a munição necessária para afirmar que a bonança dos anos de administração keynesiana havia sido passageira e agora tinha um preço alto a ser pago, qual seja, a estagflação.

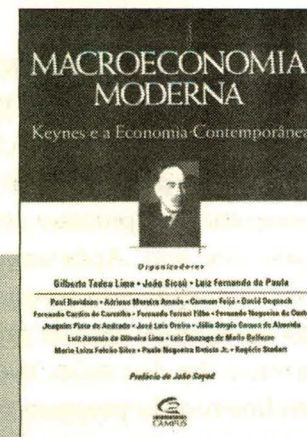
Na década de 1970, surge uma nova versão da corrente monetarista, liderada por Robert Lucas, conhecida como novo-clássica, que acusava o velho-keynesianismo de não possuir explicações convincentes para justificar a hipótese de que a mão invisível é excessivamente lenta e, conseqüentemente, que o uso de políticas intervencionistas se faz necessário. A novidade teórica introduzida foi a hipótese de expectativas racionais, segundo a qual os agentes utilizam todas as informações disponíveis, bem como entendem o funcionamento da economia, quando formam suas expectativas. Assim, qualquer política econômica ativa seria inócua, dada a capacidade de antecipação e reação dos agentes.

Ainda durante a década de 1970, outros economistas, notadamente Paul Davidson e Hyman Minsky, procuraram mostrar que a teoria de Keynes não necessita da hipótese de existência de uma mão invisível lenta - ou seja, rigidez de preços e salários - para explicar o desemprego, fundando a vertente pós-keynesiana. Davidson foi o principal formulador do projeto pós-keynesiano, desen-

volvendo as idéias de Keynes sobre as decisões em um ambiente de incerteza não-probabilística, a concepção da moeda como um ativo líquido que afeta motivos e decisões e a necessidade de um sistema de contratos a prazo para o alcance de alguma coordenação entre agentes agindo sob incerteza. Minsky, por sua vez, elaborou sua teoria da fragilidade financeira, segundo o qual as flutuações cíclicas resultam da maneira pela qual as firmas financiam suas posições em carteira, com a fragilidade financeira se elevando em períodos de crescimento devido ao aumento de agentes com posturas especulativas.

Em meados da década de 1980, dentro do chamado *mainstream*, autores como J. Stiglitz, G. Mankiw e D. Romer, retomaram o debate com os novos-clássicos e procuraram mostrar que a mão invisível do mercado é ineficiente. Fundaram então a vertente batizada de novo-keynesiana, uma corrente de pensamento cujo patronato seria novamente atribuído a Keynes. Não obstante tenham adotado a hipótese novo-clássica de expectativas racionais, esses autores reintroduziram imperfeições de mercado, novamente sob a forma de rigidezes de salários e preços, para explicar a ocorrência de equilíbrios com desemprego.

É, portanto, neste contexto, marcado por inúmeras controvérsias acerca da validade da obra de Keynes, que nos pareceu oportuno organizar a coletânea de artigos em um livro¹ que inclui desenvolvimentos recentes realizados por diversos autores brasileiros que escreveram trabalhos seja na linha pós-keynesiana no sentido amplo, ou então que, sem ser necessariamente pós-keynesianos, procuraram incorporar várias idéias e concepções de Keynes. Com sua publicação, pretende-se demonstrar a relevância e a extensão da teoria keynesiana contemporânea, em áreas diversas, tais como política econômica, programas de estabilização, crises monetárias e cambiais, reforma do sistema monetário internacional, financiamento, bancos, desenvolvimento regional, crescimento econômico e distribuição de renda; além aprofundar alguns dos fundamentos da economia pós-keynesiana, tais como incerteza, microfundações da macroeconomia, preferência pela liquidez



Lima, Gilberto T., Sicsú, João & Paula, Luiz Fernando de (orgs) *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.

e decisões empresariais em economias monetárias.

Prefaciada por João Sayad, a coletânea conta com a participação de professores brasileiros que vêm desenvolvendo trabalhos na linha (pós) keynesiana em diferentes e importantes instituições acadêmicas do país (UFRJ, Unicamp, FGV-SP, UnB, UFRGS, UFF, UERJ, IBMEC e UCAM), sendo eles: Luiz Gonzaga Belluzzo, Paulo Nogueira Batista Jr., Fernando Cardim de Carvalho, Carmem Feijó, Luiz Antonio de Oliveira Lima, João Sicsú, Luiz Fernando Rodrigues de Paula, Gilberto Tadeu Lima, Fernando Nogueira da Costa, Rogério Studart, Joaquim Andrade, David Dequech, Adriana Amado, José Luis Oreiro, Fernando Ferrari, Maria Luiza Falcão e Júlio Sérgio Gomes de Almeida. A única exceção de autor não-brasileiro foi o Prof. Paul Davidson, da Universidade do Tennessee, que, como o mais importante autor pós-keynesiano vivo, é dele o capítulo que abre o livro.

O livro será lançado no Salão Moniz de Aragão, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no dia 23 de agosto, com a realização de dois eventos: uma palestra, às 16h30, com os professores Jan Kregel (UNCTAD/ONU) e Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), sobre *A atualidade do pensamento de Keynes*, e a sessão de autógrafos, às 18h30, com a presença dos organizadores e autores do livro. Informações: (0 xx 21) 295-1447 ramal 212.

Gilberto Tadeu Lima é professor do Instituto de Economia da UNICAMP; João Sicsú é professor do Departamento de Economia da UFF; e Luiz Fernando R. de Paula é professor da Faculdade de Economia da UERJ e da UCAM-Ipanema.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Neste mês apresentamos a proposta do Fórum para democratizar o processo orçamentário da cidade do Rio de Janeiro a ser levada ao prefeito e aos vereadores. Saiba também como anda o Orçamento Participativo do Estado do Rio de Janeiro.

O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO MAIS DEMOCRÁTICO

Na audiência com o Prefeito Luis Paulo Conde, em maio do corrente, nos foi solicitada uma proposta do Fórum com vistas a implantação de uma abertura democrática no processo orçamentário no Município do Rio de Janeiro ainda para este ano. Após uma longa jornada de debates nas reuniões do Fórum foi terminada esta proposta a ser apresentada ao Poder Executivo.

Antes da apresentação da proposta propriamente dita, cabe ressaltar que desde o início das discussões tivemos três preocupações centrais: a facilidade do entendimento do processo por parte da população, o tempo disponível para a execução no presente exercício e as condições políticas para aceitação da proposta. Tais preocupações são decorrentes de nossa visão de que qualquer processo de discussão democrática do orçamento público passa pelo engajamento político do Chefe do Poder Executivo, no caso em questão, do prefeito carioca.

Longe de ser uma proposta almejando a implementação imediata de um "orçamento participativo" em nosso município, buscamos garantir a existência de um processo em que haja uma possibilidade de acesso à informação e discussão sobre o orçamento carioca. Em resumo, o processo seria de reuniões plenárias, por Regiões Administrativas, elegendo as ações governamentais prioritárias sistematizadas por um Conselho Orçamentário a ser criado.

Período Considerado

Levando em consideração o tempo de processo legal para o Poder Executivo apresentar o orçamento para o ano 2000, foi criada uma sugestão viável. Uma vez que o prefeito deve enviar ao Poder Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) até 30 de setembro e que esta deve receber emendas e ser aprovada pelos vereadores até o término do ano vigente, as resoluções do processo participativo em questão seriam então apresentadas por meio de emendas do próprio Poder Executivo. Logo, ter-se-ia um período até o encerramento do exercício, em tese, para finalizar o processo popular uma vez que costuma-se votar o orçamento da cidade nos últimos dias de dezembro.

A Cidade Dividida

Em relação a divisão da cidade para as plenárias, optou-se pela estrutura já existente de Regiões Administrativas (R.A), conforme observado por técnicos do Nuped/UFRJ, membros do Fórum, os quais admitem que esta divisão peca em não considerar as heterogeneidades da cidade ao agregar certas áreas. Seriam então 33 plenárias em todo Rio.

As Reuniões Plenárias

As plenárias teriam os seguintes objetivos: conhecer a proposta da prefeitura através de uma apresentação de suas metas e prioridades para aquela região; informar os indicadores sociais e os índices de carência da região, assim como os serviços públicos disponíveis; franqueamento da palavra aos moradores da área para defender suas idéias e sugestões e eleição das ações governamentais para a região, através do preenchimento de um formulário a ser entregue na entrada da reunião, além de indicações de serviço ou obra com localização. Após um rápido intervalo, seriam apresentados os resultados das ações governamentais feitos por leitura ótica.

Conselho Orçamentário

Os objetivos deste conselho seriam: analisar as indicações, sistematizar o resultado das votações das reuniões, compatibilizar as duas formas de participação; definir a localização do serviço e/ou obra; hierarquizar o resultado

desta compatibilização levando em consideração a viabilidade técnica, os índices de carência e a disponibilidade de recursos; acompanhar a execução orçamentária sobretudo as ações eleitas pelo processo participativo e preparar a proposta de um novo processo participativo para o exercício seguinte.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ORÇAMENTÁRIO:

50% poder público e 50% sociedade civil da seguinte forma:

1. 25% de representantes da Prefeitura, sendo desejável a presença dos órgãos responsáveis pela elaboração e execução orçamentária;
2. 25% de representantes da Câmara Municipal, sendo desejável a presença da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira;
3. 50% de representantes dos conselhos temáticos criados por lei, sendo obrigatório que os representantes **não** sejam diretamente vinculados à prefeitura.

Esse conselho contaria com o apoio técnico do Tribunal de Contas do Município e da Procuradoria Geral do Município.

Divulgação e Publicidade

Acreditamos que o sucesso desta proposta depende da mais ampla divulgação para convocação da população, assim sendo, algumas chamadas na TV seriam necessárias, além de muita mobilização das entidades da sociedade civil.

Limites do Orçamento

Neste etapa, decidimos que somente a parte referente aos investimentos seriam considerados. Além disso, foi determinado que o montante de investimento considerado para o processo democrático seria de 70% do total estimado para 2000, o que em 1999 corresponde a cerca de R\$ 500 milhões. Os outros 30% seria para o próprio Poder Executivo aplicar em projetos de estruturação da cidade, projetos macros, uma vez que os demais são entendidos como regionais. O investimento que se considera na proposta é o *strictu sensu*, isto é, o Fórum pondera que os recursos para manutenção e custeio da máquina não sejam incluídos no cálculo.

TEATRO E ORÇAMENTO

A parceria do Fórum com o Centro de Teatro do Oprimido (CTO) anda de vento em popa. A peça "Orçamento é bom e eu gosto" apresentou-se mais duas vezes, no Festival de Teatro do CTO, como também na abertura da Plenária da Região Centro Sul do Município no Orçamento Participativo do estado a convite da superintendência organizadora do evento, a qual após terem visto a apresentação reforçaram a importância de outras apresentações nas demais plenárias.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO ESTADO

Encerrou-se neste sábado, 31 de julho, em Duque de Caxias as plenárias regionais. Agora, acontecerão as plenárias temáticas de Infra-Estrutura, Educação, Desenvolvimento Econômica e Saúde nos dias 2, 4, 6 e 10 de agosto, respectivamente. Fique atento na divulgação dos locais das reuniões.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (021) 232-8178 - Fax (021) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Ruth Espínola e Fernanda Ricardo.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia - RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe* - 1998, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional* - 1998, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe* - 1998, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal - Número 67 - Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

CURSO

II Curso de Capacitação e Formação de Consultores (internos e externos)

20 E 21 DE AGOSTO

O Instituto Nacional de Desenvolvimento em Educação Continuada -INDEC- oferece o **II Curso de capacitação e formação de Consultores**, pioneiro e único no Brasil, a ser ministrado pelo renomado consultor Dino Carlos Mocsányi, autor do livro *Consultoria: como vender, o que fazer*. O curso visa atender ao elevado número de profissionais com reconhecimento técnico ou gerencial, mas muitas vezes sem a preparação técnica, metodológica e mercadológica necessárias para a profissão de consultor.

HORÁRIOS

Dia 20/08 (sexta-feira) - 18h20m às 22h
Dia 21/08 (sábado) - 8h30m às 17h

LOCAL

Instituto Nacional de Tecnologia
Endereço: Avenida Venezuela, 82 - 4º andar.
Centro - Rio de Janeiro

PREÇO (sem desconto) - R\$ 290

O Conselho Regional de Economia firmou convênio com o INDEC e os economistas associados tem um desconto de 10%.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

INDEC - Telefones: (0 xx 21) 242-3731 e 242-0769
E-mail: indec@indec.com.br

VAGAS LIMITADAS!

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 232-8178 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

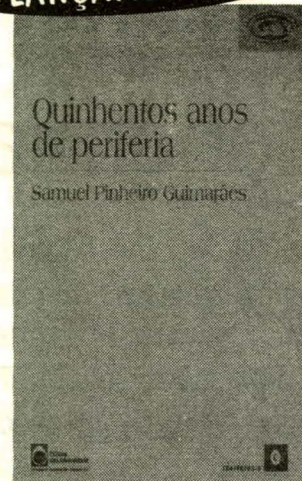
Livraria FGV - Tel. 536-9105
Praia de Botafogo, 188
Rio de Janeiro

NOVO TELEFONE

O Corecon/RJ
está de telefone novo:
(021) **232-8178**

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



500 anos de periferia
168 páginas
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

.....
História trágico-marítima - 540 p.
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

.....
O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

.....
A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

.....
A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

.....
Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

.....
Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

.....
Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

.....
O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

.....
Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielchowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

DEBATE

Ciclo de debates: Economia Brasileira: alternativas para a crise

No dia 13 de julho, o Corecon-RJ e a Andima promoveram um debate em torno do tema **Como sair do curto prazo?**. O evento foi aberto pelo presidente da Andima, Concetto Mazzarella e mediado pelo presidente do Corecon-RJ, Eduardo Mendes Callado. Três reconhecidos especialistas foram convidados à mesa: Tito Ryff, formado e pós-graduado em Economia pela Universidade de Paris, com especialização em Economia Agrícola na Universidade de Oxford, e hoje secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Rio de Janeiro; Antônio Corrêa de Lacerda, professor do Departamento de Economia da PUC de São Paulo, diretor-adjunto do Departamento de Economia da Fiesp e presidente do Conselho Federal de Economia; e Fernando Cardim, professor-titular do Instituto de Economia da UFRJ, membro do Conselho da Sociedade Brasileira de Econometria e ex-coordenador do Departamento de Pós-Graduação em Economia da UFF. Esse foi o primeiro de uma série de três: **Como financiar o crescimento?** e **Como viabilizar as reformas?** ocorrerão, respectivamente, nos dias 30 de agosto e 25 de outubro. O *Jornal dos Economistas* reproduz aqui uma versão editada das três intervenções.



Da esquerda para a direita: Eduardo Mendes Callado, Concetto Mazzarella, Tito Ryff e Antônio Corrêa de Lacerda

Tito Ryff

Seis pontos para uma agenda de longo prazo

Boa tarde a todos.

Uma matéria publicada na *Gazeta Mercantil* de hoje relata um trabalho feito pelo World Economic Forum, tendo em vista apontar possibilidades e perspectivas de desenvolvimento para diversos países. Nesta avaliação – que, embora feita de maneira qualificada, pode ser objeto de reparos e ressalvas, como qualquer outra –, o ritmo de crescimento da renda *per capita* do Brasil entre 2000 e 2008 aparece em 54º lugar, atrás de países como Equador e Zimbábue. Outro critério nos dá uma visão aparentemente menos pessimista. Em termos de expansão do mercado interno, ocupamos o 17º lugar. Este último indicador, porém, resulta da multiplicação do tamanho da economia pela taxa prevista de seu crescimento. O resultado, portanto, decorre mais do tamanho relativo do Brasil do que de avaliações especialmente otimistas sobre o nosso desempenho no período estudado.

Os analistas internacionais vêm poucas perspectivas para que o Brasil retome taxas de crescimento significativas nos próximos anos. Prevêem algo em torno de 3% ao ano, taxa

bastante inferior à de muitos outros países em desenvolvimento, e inferior também à taxa prevista, de 4%, para uma economia madura como a dos Estados Unidos. Isso torna premente que nos debruçemos sobre o tema que nos foi proposto: como conseguir retirar o Brasil das amarras conjunturais em que está atado, de modo a libertar nosso pensamento para um horizonte de dez a quinze anos, em que possamos recriar um contexto de retomada do desenvolvimento.

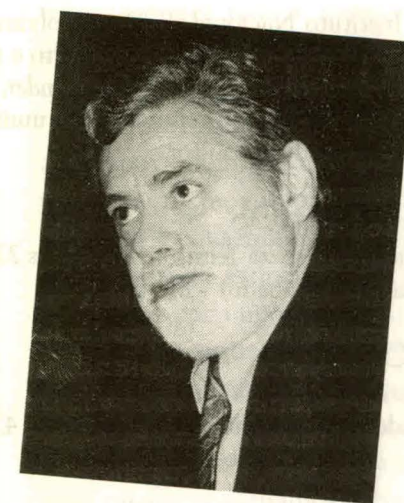
O Brasil cresceu rapidamente ao longo de quase todo o século XX. Entre 1900 e 1964, estivemos entre os três países de maior crescimento médio no mundo, um crescimento parcialmente absorvido pelo aumento da população, que naquele período também atingiu taxas expressivas. Por isso, nosso desempenho em termos de renda *per capita* não foi tão positivo. Entre 1964 e o fim da década de 1970, porém, mantivemos a tradição do crescimento, ficando, na média, em primeiro ou segundo lugar no mundo.

Temos, pois, uma história de desenvolvimento, somos capazes de

gerar produto e renda. Nos últimos anos, porém, mergulhamos em um desempenho relativamente medíocre. Para efeito do crescimento do PIB, a década de 1980, como se sabe, se perdeu, e a de 1990 está em vias de perder-se também. Que possibilidades temos de reverter esse quadro adverso? Vou me referir a alguns pontos que me parecem especialmente importantes para isso.

O primeiro é a superação do estrangulamento externo. Nesse *front*, a situação melhorou, sem dúvida, depois da recente desvalorização cambial, realizada de forma tardia e atabalhoada. De qualquer forma, se tivéssemos esperado mais seis meses, caminharíamos para uma situação catastrófica. Com o câmbio na posição anterior, estávamos no limite da nossa capacidade de gerenciar os problemas no balanço de pagamentos. De lá para cá, houve melhoras, mas não nos livramos do problema.

No ano passado, tivemos um déficit em transações correntes da ordem de US\$ 33 bilhões e compromissos com a amortização de dívidas superiores a US\$ 20 bilhões, gerando uma necessidade de captar mais ou



menos US\$ 55 bilhões no exterior para fechar as contas. Para reagir a esse quadro, o Brasil firmou um acordo com o FMI, cuja primeira versão previa que conseguiríamos transformar, de um ano para outro, um déficit comercial de US\$ 6,5 bilhões em um superávit de US\$ 11 bilhões. Não era realista. A nova versão fala em um superávit de US\$ 4 bilhões, mas muitos acham que se terminarmos o ano com equilíbrio na balança comercial será um bom resultado.

Vamos imaginar, no entanto, que possamos obter o superávit de US\$ 4 bilhões, o que significaria uma mudança, em um ano, de US\$ 10,5 bilhões na posição da balança. Nesse caso, o déficit em transações correntes seria reduzido para cerca de US\$

23 bilhões, montante equivalente ao máximo de investimentos diretos que poderemos atrair. Assim, esse déficit seria compensado pela entrada de capital. Restam outros US\$ 20 bilhões de amortizações, o que é substancial. Para renegociá-los, dependemos do beneplácito dos credores. Parece-me, pois, que ou recuperamos muito rapidamente a capacidade de exportar ou o estrangulamento externo voltará a se manifestar em um prazo não muito longo.

A relação atual entre nossa capacidade exportadora (mais ou menos US\$ 55 bilhões/ano) e os gastos com juros (US\$ 13 bilhões/ano) e amortizações (US\$ 20 bilhões/ano) nos fragiliza. Se quisermos nos libertar da necessidade de manter taxas de juros muito elevadas – que, como se sabe, inibem o crescimento –, teremos que superar o estrangulamento externo. Isso implica adotar políticas ativas de incremento das exportações, com diversificação da pauta e envolvimento de maior número de empresas – inclusive pequenas e médias – nas vendas para o mercado externo. O governo já se move nessa direção, mas o esforço tem que ser maior. Poucas empresas são responsáveis por uma proporção muito elevada das nossas exportações, e faltam recursos baratos e acessíveis para muitas outras, que poderiam contribuir.

Pode-se dizer que a desvalorização cambial ainda não surtiu todos os seus efeitos. É verdade. No período recente, a queda de preços de *commodities* importantes em nossa pauta de exportação, aliada à elevação do preço da principal *commodity* que importamos – o petróleo –, mais do que compensou o aumento no volume de nossas vendas ao exterior.

Por outro lado, não creio que as importações caiam tanto quanto se esperava. Com a abertura da economia e a sobrevalorização cambial, os hábitos de consumo da população mudaram. Está relativamente consolidada uma cesta de consumo que contém maior quantidade de produtos importados. Creio, no entanto, que em pelo menos três áreas podemos fazer um esforço consistente de substituição de importações: no petróleo, nos fretes e no turismo. No primeiro caso, grandes jazidas já foram localizadas em território nacional. No segundo, nosso déficit anual já chega a um patamar brutal, da ordem de

US\$ 5,9 bilhões/ano, mas podemos imaginar políticas ativas voltadas para aumentar as escalas das operadoras brasileiras. No terceiro, a contatamento, fomos superavitários até há poucos anos atrás. É relativamente fácil substituir o turismo externo, mas, para que isso ocorra, uma viagem ao Nordeste não pode ser mais cara que uma viagem a Miami. Muito está por ser feito nesse terreno.

Em termos de desobstrução do crescimento, um segundo ponto importante, a meu ver, diz respeito à necessidade de elevar o nível de poupança interna. Não se trata de imaginar que, com isso, poderemos abrir mão da poupança externa, que desempenha um papel específico como mecanismo compensatório do desequilíbrio no balanço de pagamentos. Aumentando a poupança interna – privada e, sobretudo, pública –, poderemos permitir um novo ciclo de investimentos, especialmente em obras públicas, infra-estrutura, serviços coletivos e outros setores. Obter equilíbrio nas contas públicas é importante, não porque vá resolver nossos problemas no balanço de pagamentos, mas porque gastar menos do que se ganha é uma boa receita para indivíduos, famílias, empresas e também para o Estado, que dessa forma pode retomar sua capacidade de investir. Temos que desenvolver também mecanismos privados de captação de poupança. Por exemplo, a previdência privada deve ser aperfeiçoada, e a previdência social como um todo precisa evoluir mais para sistemas de capitalização que de repartição.

O terceiro ponto que desejo ressaltar é a necessidade de investir mais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tendo como ênfase a difusão do conhecimento já acumulado no Brasil e no exterior. No que diz respeito à geração de conhecimentos novos, devemos identificar os nichos em que podemos ter, ou vir a ter, uma competência específica, com destaque para aquelas áreas que dependem mais da formação de pessoal, como a biotecnologia, que de investimentos em equipamentos e laboratórios muito caros.

Temos ampla capacidade de aplicar o conhecimento já existente à solução de problemas de ordem prática e criar inovações aplicadas aos serviços e à indústria. O grau de informatização do nosso sistema bancário,

por exemplo, é alto, mas essa capacidade técnica já existente na sociedade brasileira não foi plenamente levada à indústria, ao ensino, ao sistema de saúde e assim por diante. O mesmo se passa na agricultura, talvez de forma ainda mais clara. Estima-se que, se o conhecimento técnico acumulado nas prateleiras da Embrapa fosse eficazmente difundido aos agricultores, chegaríamos a colher 110 a 115 milhões de toneladas de grãos, em vez das 80 milhões que colhemos hoje. Essa é uma realidade que se repete, em maior ou menor grau, em todas as áreas: há uma fronteira de produção e produtividade a ser estendida pela simples aplicação de conhecimentos já existentes. Isso exige políticas, programas, cooperação entre governo, comunidade científica e setor privado. Hoje, um abismo ainda separa esses parceiros.

Chego aqui a um quarto ponto: a educação. É enorme o desperdício decorrente da forma como nosso sistema educacional funciona. As crianças abandonam precocemente a escola, não completam sua educação até níveis minimamente aceitáveis, o índice de repetência é altíssimo. Outros países, como os Estados Unidos, que também enfrentam problemas de desempenhos muito desiguais no sistema escolar, desenvolveram programas específicos para aproveitar da melhor maneira possível a entrada da criança na escola e fazer com que ela permaneça lá, mesmo que apresente dificuldades, muitas vezes temporárias ou superáveis. Esses países têm consciência de que uma criança que deixa a escola antes do tempo poderá ser presa fácil da marginalidade e vir a representar, no futuro, um custo social e econômico muito alto. Temos que desenvolver formas de educação mais assimiláveis, mais simples, mais voltadas para a nossa realidade, o que exige mudanças importantes na orientação pedagógica e maiores investimentos na escola primária e secundária.

Isso nos remete a um quinto ponto: o da eficiência da máquina governamental. Há uma revolução tecnológica em curso na relação entre governo e cidadão, bem como nas formas de prestar serviços públicos, através do próprio Estado ou de concessionárias privadas. Já existem muitos meios de aumentar o grau de eficiência do Estado no atendimen-

to aos cidadãos e às empresas. Uma revolução na administração pública é fundamental, pois contribui para aumentar a eficiência da sociedade como um todo.

Por fim, creio que precisamos de um projeto nacional. Imaginar que exista destino nacional por obra e graça da providência divina é desconhecer as lições da história. Ontem eu estava lendo um texto em que um pesquisador alemão trata do futuro da economia de seu país. Ele diz que a Alemanha desenvolveu muito bem tecnologias que se inserem em mercados hoje pouco dinâmicos, como metal-mecânica e elétrica. Atrasou-se em eletrônica, telecomunicações e informática, e agora precisa produzir uma reviravolta. Usando o exemplo do Japão, o autor pede que o Estado alemão seja o condutor desse processo de reconversão do conhecimento acumulado em sua sociedade. Lembra também como, a partir do desafio japonês, os Estados Unidos fizeram um grande esforço para modificar as relações do governo com a criação e difusão de conhecimento, principalmente aquele depositado nas universidades. Por exemplo, a indústria americana de informática – que hoje predomina amplamente no mundo – dependeu durante muito tempo de encomendas do Estado. Até o fim da década de 1950, mais de 50% das encomendas feitas à IBM vinham do setor público, que não só financiava as pesquisas como também oferecia mercado para a expansão do setor. O gasto militar, por sua vez, continua alavancando investimentos de ponta na economia americana.

Precisamos ter um projeto nacional que, entre outras coisas, nos permita ver e fixar os setores em que podemos adquirir capacidade competitiva no mercado mundial, de modo a alterar nossa forma de inserção na economia globalizada. Essa discussão deve ser feita não só dentro do Estado, mas também por instituições independentes. Os Estados Unidos contam com inúmeros conselhos de competitividade setoriais e têm fóruns de avaliação das inovações tecnológicas que indicam rumos aos centros estatais de decisão, mas não estão inseridos neles.

Esses são alguns aspectos que julguei importante trazer para esta discussão sobre o longo prazo no Brasil. Muito obrigado.

DEBATE

Antônio Corrêa de Lacerda

Precisamos definir metas múltiplas

Boa tarde a todos.

O título deste debate é sugestivo: como sair do curto prazo? Adoto como ponto de partida a tentativa de ver o que mudou recentemente na economia brasileira. A desvalorização cambial, por exemplo. Para o setor produtivo, ela traz oportunidades, depois de um erro persistente da política econômica, que, ao valorizar excessivamente o câmbio, ampliou nossas vulnerabilidades externas e inviabilizou muitas atividades internas. O Brasil abriu sua economia na década de 1990, mas não gerou um ambiente que desse ao produtor local condições relativamente equânimes de competitividade em relação aos seus concorrentes internacionais.

Um segundo aspecto é que, ao realizar a abertura de forma amadora, não negociamos contrapartidas com os nossos principais parceiros comerciais. Ampliamos enormemente as importações, mas nossas exportações ainda enfrentam barreiras, especialmente no mercado americano. É preciso lembrar que continuamos a ser, basicamente, exportadores de *commodities* e de produtos manufaturados pouco diferenciados, que também são quase *commodities*.

Sob certos aspectos, o cenário começa a mudar a partir da desvalorização cambial. Uma série de atividades inviabilizadas pelas taxas de câmbio anteriores tornam-se novamente viáveis na nova estrutura de preços. A substituição de importações já começa a ocorrer em certos setores. É uma oportunidade. Olhando pelo lado das exportações, as chances também aumentam, apesar de algumas ressalvas que precisam ser feitas para evitar qualquer otimismo exagerado. Pelo lado da demanda, o cenário externo não está favorável. A taxa de crescimento do comércio mundial caiu de 10% em 1997 para 3,5% em 1998, e as expectativas para 1999 se situam em torno de 3%. Além disso, os preços das *commodities* também caíram. Aquelas que mais pesam em nossa pauta de exportação perderam entre 25% e 30% em um ano.

Outros países exportadores, especialmente os asiáticos, também fizeram grandes desvalorizações. Assim, com uma demanda que cresce pouco e uma oferta mais agressiva, o mercado internacional está muito competitivo, o que conspira para deprimir a receita das exportações. Nesse contexto, desatar o nó externo é um desafio fantástico para o Brasil. Nosso déficit em transações correntes deve diminuir neste ano, mas os números sobre investimentos diretos estrangeiros, que ajudam a obter este resultado, precisam ser lidos com cuidado. Depois das crises da Ásia e da Rússia, contrariando as expectativas, esses investimentos aumentaram, atingindo no mundo, segundo a Unctad, a marca de US\$ 644 bilhões, com um crescimento de 37% em relação a 1997. Mas, US\$ 411 bilhões, ou praticamente 2/3 do montante total, referem-se a fusões, aquisições e privatizações. Assim, tem sido limitado o impacto desses investimentos sobre o aumento do valor agregado, a geração de emprego e o incremento das receitas em dólares, resultantes de exportações.

O Brasil é um caso típico: em 1998, 80% dos investimentos estrangeiros diretos, que atingiram US\$ 28 bilhões, foram alocados em setores de *non tradeables*, incluindo os serviços (bancos, operadoras de telecomunicações e supermercados, por exemplo). Atividades antes tipicamente familiares, como videolocadoras e mercados, estão sendo substituídas por grandes redes internacionais, que possuem outros paradigmas de produtividade. No curto prazo, tais investimentos ajudam a financiar a conta corrente do balanço de pagamentos, mas a médio e longo prazos podem agravar os obstáculos externos. As remessas de lucros e de dividendos ao exterior tendem a aumentar.

O Brasil, no entanto, tem também uma oportunidade. As atividades de exportação movimentam, no mundo, US\$ 5,5 trilhões por ano, e 2/3 desse valor são gerados pelas mesmas empresas transnacionais que realizam os

investimentos estrangeiros diretos. Das 500 maiores transnacionais do planeta, nada menos que 405 têm bases instaladas no Brasil, ou seja, já operam aqui. Isso representa um risco e uma oportunidade.

O risco é um desequilíbrio estrutural, permanente, no déficit em transações correntes. A oportunidade é a seguinte: mediante políticas indutoras do desenvolvimento, regulação e pactos a serem negociados com essas empresas, podemos estabelecer metas de exportação, de adensamento da cadeia local de fornecedores, de aumento no valor agregado e de emprego. Para isso, temos o grande desafio de realizar com êxito a passagem de um Estado controlador de ativos para um Estado regulador, capaz de uma ação eficiente, entre outras coisas, para preservar o nosso mercado. Há um discurso liberalizante no mundo, mas a prática permanece nitidamente intervencionista. Isso significa que, se o processo de globalização é inevitável, as formas de se inserir nele dependem de escolhas políticas.

Precisamos de políticas de desenvolvimento que possam garantir, pelo menos, três coisas: elevar o valor agregado da produção realizada no Brasil, aumentar nossa capacidade exportadora e incrementar a geração de tecnologia nas áreas em que temos melhores condições. Para isso, o tamanho do nosso mercado interno deve ser considerado uma vantagem. Podemos utilizá-lo para obter ganhos de escala, sem depender exclusivamente da demanda externa e de forma compatível com o aumento das exportações.

O cenário para o segundo semestre traz alguns fatores positivos. Provavelmente teremos taxas de juros menores do que as que vínhamos praticando e taxas de câmbio também mais favoráveis para o setor produtivo. Mas a área externa continua a reproduzir incertezas. Ainda temos que nos financiar, em escala apreciável, no exterior. Logo, qualquer choque externo poderá trazer dificulda-



des súbitas. Há duas possibilidades especialmente preocupantes de que isso aconteça. A primeira, e mais importante, decorre do comportamento da economia norte-americana, que cresce há nove anos, apresenta a menor taxa de desemprego dos últimos trinta anos e tem obtido grande desempenho tecnológico. No entanto, na base desse processo há um excesso de endividamento de empresas e famílias. O preço dos ativos negociados em Bolsas já atingiu o dobro do PIB americano, sintoma de uma fantástica distorção. Os agentes estão antecipando movimentos que talvez não se concretizem, contando com uma receita futura que talvez não venha a existir.

Esse processo poderá ser revertido se houver uma alta substancial nos juros americanos, fato que poderia trazer três conseqüências negativas sobre o Brasil. Primeiro, a demanda americana por importações tenderia a diminuir, contraindo um mercado que absorve cerca de 30% das nossas exportações. Segundo, com a internacionalização dos mercados, uma queda acentuada na Bolsa de Nova York terá reflexos imediatos sobre os países em desenvolvimento. Terceiro, se os juros americanos subirem, ficará mais difícil baixar nossos próprios juros internos, além do aumento do custo do financiamento externo.

O segundo foco de instabilidade externa, para o Brasil, está na Argentina. O plano de estabilização desse país, que já está no nono ano, ganhou novo fôlego depois do Plano Real, que ampliou a competitividade da economia argentina em um mercado que absorve 1/3 das suas exportações. A desvalorização da moeda brasileira e a aproximação das eleições presidenciais argentinas alteram o quadro. Uma crise lá, por sua vez, poderá rebater

DEBATE

sobre o Brasil, até mesmo por desconhecimento das peculiaridades, os credores internacionais tendem a ver os chamados países emergentes, especialmente os de uma mesma região, como uma coisa só.

Outro ponto de interrogação é a nossa questão fiscal. A dívida interna cresceu muito no último período. Mesmo que imaginemos um cenário otimista, com uma taxa média de juros de 20% no ano, isso representa uma carga de R\$ 100 bilhões ao ano, só para carregar o custo de rolagem dessa dívida. Por essa via, realiza-se uma brutal transferência de renda de

toda a sociedade para os credores do governo. Além disso, diante dessa carga de juros, não há como obter equilíbrio fiscal permanente no curto prazo. Mesmo com superávit primário, o déficit nominal deve atingir 10% do PIB neste ano. É uma situação difícil, à qual se somam os problemas da Previdência, que pode gerar um déficit de R\$ 50 bilhões por ano.

A área fiscal como um todo é uma frente de instabilidade e vai exigir muito esforço. Há uma certa mistificação do papel das reformas. Os problemas da Previdência, por exem-

plo, estão diretamente ligados aos efeitos da política econômica. Com a economia estagnada e taxas de juros elevadas, aumentam a inadimplência, a quebra de empresas, o desemprego, a precarização do mercado de trabalho - e tudo isso tem impacto negativo sobre a Previdência. Hoje, cerca de 55% dos trabalhadores já estão no mercado informal. Isso mostra que a grande "lição de casa" não se refere apenas a questões de organização e gestão, mas também a questões que remetem ao sentido estratégico, à capacidade de voltarmos a ter uma política que vise ao longo

prazo. Infelizmente, não vemos isso. Estamos esmagados por decisões de curtíssimo prazo.

A estabilidade da moeda, apesar de importante, não pode ser um fim em si mesmo. E as decisões econômicas precisam ser mais democratizadas, com maior participação e comprometimento da sociedade na definição de metas e de políticas. Essas metas, por sua vez, não podem se restringir às taxas de inflação. Precisamos ter metas também para o desenvolvimento econômico, o emprego, as exportações e assim por diante.

Fernando Cardim

A armadilha de um eterno curto prazo



O debate sobre o longo prazo remete a alguma idéia de futuro. Além dos temas já abordados - como educação, ciência e tecnologia -, há, por exemplo, a discussão sobre que tipo de estrutura financeira o país terá. O sistema financeiro passa por mudanças bastante profundas no mundo inteiro, e há várias decisões importantes a serem tomadas sobre isso. Por exemplo, devemos enfatizar como fonte de recursos o sistema de crédito mais tradicional ou poderemos tentar um caminho mais próximo dos americanos, enfatizando mercados e processos de securitização? Há vários prós e contras relacionados a essas estratégias, que precisam ser debatidas, pois essas estruturas não surgem espontaneamente. São, em grande parte, criações de governos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, seja qual for o discurso dominante, vemos um governo muito ativo sob vários pontos de vista, inclusive em termos de reforma institucional. Escolhas muito importantes estão sendo

feitas a cada momento. Eu citaria como exemplo a ressurreição, pelo governo americano, dos sistemas de financiamento à construção e à compra de residências na década de 1980, através de processos de securitização. Esse tipo de escolha - como e com que tipo de instituições o longo prazo deve ser construído - é extremamente importante.

Todos podemos imaginar algum tipo de estratégia que nos pareça a mais adequada ao futuro do país. Mas, antes de chegar a esse futuro, temos que enfrentar um problema particularmente difícil: como sair de onde estamos? Como deixar para trás o curto prazo? Essa questão traz subentendida, evidentemente, a idéia de que o nosso curto prazo não é particularmente favorável a um crescimento sustentável. O que este curto prazo tem de ameaçador para uma perspectiva mais longa? Muitas vezes, essa questão aparece sem densidade suficiente, como se pôde ver no rápido debate travado recentemente, pelos jornais, entre os chamados desenvolvimentistas e os chamados monetaristas, debate logo abortado simplesmente porque não fazia sentido. Essa escolha, no curto prazo, não existe. Para sair do enfoque jornalístico mais superficial, que busca identificar quem joga em um time e quem joga no outro, ela exigiria certas pré-condições que tendem a ser ignoradas.

Correndo o risco de cometer alguma injustiça, eu resumiria essas pré-condições no conjunto de questões que gravitam em torno dos acordos com o FMI, assinados a partir do fim do ano passado. Em si mesmos, esses acordos não trouxeram grande novidade. Apenas codificaram, formalizaram, certas escolhas que vêm sendo feitas há alguns anos. Mas eles têm uma grande vantagem: configuraram um programa de governo explícito, coisa que nem sempre as autoridades nos apresentam. Isso nos permite examinar o que significa a adesão a determinado tipo de estratégia e qual é o curto prazo que ela cria.

Segundo um dos diretores do FMI, em um texto que está disponível na Internet, o Fundo define sua estratégia em relação a países em crise como sendo constituída de três estágios que, na verdade, não são sucessivos, mas se superpõem. Essa estratégia é um dos nossos principais problemas, pois, a meu ver, não há como sair do curto prazo que ela cria. Esse curto prazo tende a se prolongar indefinidamente.

O primeiro estágio, que o FMI chama de "restauração da confiança", consiste basicamente de duas medidas. Sempre que há uma turbulência cambial ou um ataque contra uma moeda, propõe-se a elevação imediata da taxa de juros, até o nível que for necessário, e a adoção de

medidas não só de equilíbrio fiscal, mas de criação de excedentes fiscais. Pois o FMI admite que sua estratégia contém custos, como o desemprego. Mesmo imerso em um esforço geral de contenção, o governo deve preparar-se para enfrentar alguns gastos, como aqueles ligados à reestruturação do sistema financeiro, à recapitalização de bancos ou ao seguro-desemprego, áreas em que a atuação do governo tem que ser mantida ou até ampliada. Assim, diante de uma turbulência, o FMI recomenda, como primeiro estágio, que se elevem os juros e se anunciem cortes nas despesas usuais do Estado, para que essas despesas extraordinárias possam ser feitas.

O segundo estágio é tornar a economia "saudável", ou seja, promover certas reformas, em particular as ligadas ao setor público - como a previdenciária e a administrativa, entre outras -, voltadas para remover eventuais pressões criadoras de desequilíbrios a que essas economias possam estar sujeitas.

O terceiro estágio, que seria o "longo prazo" - entre aspas, já que os dois primeiros se prolongam e esse terceiro deve começar a ser implementado desde logo -, é o que o FMI chama de aprofundar a concorrência dos mercados. Deve-se combater eventuais conexões entre governo e empresas, entre empresas não bancá-

DEBATE

rias e instituições financeiras, e assim por diante. Trata-se de introduzir “distância” entre essas instituições – o que é uma preocupação tipicamente americana –, impedindo que se criem conexões que possam favorecer determinadas empresas.

Adotados esses três grupos de medidas, como fica o curto prazo? Para o FMI, como se sabe, exclui-se do rol de políticas qualquer tipo de intervenção supramercado. Investidores externos e residentes devem ser persuadidos através do mercado a manter seus capitais no país, sem a utilização de controles, considerados inadequados ou contraproducentes. O exemplo da Malásia tem sido citado. No ano passado, esse país adotou controles e isso não impediu que sua economia vivesse uma grande recessão. Não se deve generalizar essa experiência. China e Índia, apesar de estarem no meio do furacão e violarem todos os postulados de bom comportamento, passaram de forma segura pela crise, mantendo suas economias em crescimento.

Nos últimos anos, a estratégia brasileira foi muito bem-sucedida em vários aspectos, particularmente no combate à inflação. Foi uma estratégia de integração financeira, de remoção de barreiras à circulação de capitais de todo tipo, com uma acentuada liberalização da possibilidade de residentes aplicarem no exterior. Portanto, junto com um número relativamente pequeno de países, seguimos uma receita de integração bem convencional. Em um quadro de sobrevalorização cambial, ela gerou uma série de desequilíbrios, mas teve uma função muito importante, conseguindo reprimir pressões inflacionárias internas com um sucesso muito além do esperado. Essa estratégia, como se sabe, também teve custos. No momento em que discutimos como sair do curto prazo, esses custos têm que ser examinados.

Diante de problemas no balanço de pagamentos, o tipo de integração pelo qual optamos deixa apenas uma saída: a adoção de políticas monetárias duras. Em uma economia que reduz, ou elimina, as barreiras à livre circulação dos capitais, toda vez que houver algum tipo de susto – e eles vêm se sucedendo com frequência há

alguns anos –, o instrumento que se tem são as taxas de juros. Países como o nosso, nessas situações de turbulência, perdem o controle sobre essas taxas. Tudo o que podemos fazer é seguir as taxas internacionais, somando a elas um coeficiente de risco que varia com o que o FMI chama, de maneira eufemística, de “sentimento do mercado”.

Logo, o curto prazo significa abrir mão de um instrumento essencial de política monetária, o que não quer dizer que nossas taxas de juros tenham de permanecer sempre excessivamente elevadas. É possível que elas caíam. O problema é que isso gera os chamados ciclos de *stop and go*. Quando, por quaisquer razões, as coisas se acalmam, abre-se espaço para a redução dos juros e a adoção de certos estímulos ao crescimento. Depois, alguma coisa treme em algum lugar, e o cenário anterior se recompõe. Ocorreu isso em 1995, quando quase derrubamos o sistema bancário nacional, em 1997, 1998 e 1999. Não há sistemas de *inflation target* ou de taxas flutuantes de câmbio que eliminem a necessidade de voltarmos a fazer isso sempre que necessário.

Se a Argentina vier a tremer mais profundamente e o dólar voltar a subir, digamos, para R\$ 2,00, sem dúvida aumentaremos os juros, apesar das taxas flutuantes. Aliás, lembro agora de um economista americano que dizia ser inteiramente favorável ao câmbio flutuante, desde que ele permanecesse estável. Pois, se o câmbio começa a subir, isso cria pânico, passa a impressão de perda de controle, e cabe ao governo, nesse caso, tentar restaurar algum grau de ordem. Ele volta a usar a taxa de juros para “subornar” os que iniciam movimentos de fuga e reprimir pressões inflacionárias.

O problema, como disse, é que isso nos leva a uma trajetória de *stop and go*, que é mais perversa do que uma crise pura e simples. Ela permite períodos de melhora. Em 1997, por exemplo, o então diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, dizia prever dali para a frente uma grande monotonia no setor externo, pois tudo parecia estar resolvido. Foi assim até a crise russa. Depois, veio a nossa vez. Agora, estamos novamente bem, até que algu-

ma coisa nova ocorra. A última carta de intenções assinada entre o governo brasileiro e o FMI, quando anuncia suas metas, repete sem parar: “Salvo uma nova crise...”

Permitam-me cometer um certo exagero: o *stop and go*, em grande parte, desindustrializou a Inglaterra. Pois ele permite que, freqüentemente, que as empresas ocupem sua capacidade, mas é terrível para os investimentos. Sinaliza aos empresários que, volta e meia, a economia será jogada no chão, falências ocorrerão, planos que exigem prazos mais longos vão enfrentar escassez de recursos no meio do caminho. Nesse contexto, ocupa-se a capacidade instalada toda vez que a demanda se expande, mas não se aposta no futuro, em particular em projetos que exijam maior comprometimento. Grande parte da desindustrialização inglesa, a partir da década de 1960, vem sendo atribuída à persistência de uma situação de *stop and go*, embora por razões diferentes da nossa.

Voltemos à questão: como sair do curto prazo? Nós aceitamos reduzir, voluntariamente, nossas possibilidades de atuar diante de problemas externos. Em 1999, nossa dependência dos capitais de curto prazo diminuiu, em grande parte, porque estamos em recessão. Nosso desequilíbrio externo voltará a aumentar se houver qualquer retomada mais firme do crescimento, pois nada de essencial mudou. Aceitamos isso em troca de quê? De algo muito duvidoso, que são os benefícios dessa liberalização completa. No ano passado, em um debate publicado por Princeton sobre esses supostos benefícios, um economista de Harvard usou os critérios de classificação do próprio FMI e demonstrou que inexistia correlação entre políticas de abertura e liberalização da circulação de capitais, de um lado, e crescimento econômico, de outro. A resposta de Stanley Fischer, a principal cabeça pensante do Fundo, pode ser resumida assim: “Esperem e verão.” Ou seja, no estágio de conhecimento que temos hoje, nenhuma vantagem desse tipo de política foi bem estabelecida. Mas, segundo Fischer, décadas atrás dizia-se a mesma coisa sobre o livre comércio, cujas vantagens apareceram

depois. Portanto, devemos esperar algumas décadas imersos no que aqui chamamos de curto prazo.

Alguns poderão dizer: “Isso é passageiro. Acumulamos pressões durante muitos anos, e agora estamos a caminho de resolvê-las.” É outra afirmação sem qualquer base empírica. A Argentina, que em vários aspectos é um exemplo de adesão mais disciplinada a essas políticas – chegou, por exemplo, a reduzir de forma linear os salários dos funcionários públicos –, acaba de assinar uma nova carta de intenções com o Fundo, que deve ser a sexta ou a sétima. O México também está entregando sua nova carta de intenções. Esse tipo de acordo cria dependência, no sentido químico-farmacêutico do termo. Não se sai espontaneamente dessa situação, pelo fato óbvio de que os países permanecem sujeitos aos mesmos desequilíbrios, que exigem um endosso renovado do FMI.

Ao fazer esses acordos, aceitamos uma disciplina permanente, que nos condena a determinadas políticas de demanda agregada (monetária e fiscal) no curto prazo e fecha o acesso ao “longo prazo”. A ação do Estado viola o terceiro grupo de princípios que o FMI impõe a quem lhe pede recursos. O FMI exige distância entre Estado e setor privado. Políticas industriais, por exemplo, devem ser vistas de forma extremamente restrita.

Ou seja, temos que pensar em como construir o longo prazo, mas é mais urgente encontrar uma forma de sair do curto prazo. Qual a alternativa? Dizer não a tudo isso – se algum dia optarmos por essa saída – também tem um preço. Essa hipótese vem sempre acompanhada da ameaça de cenários catastróficos. Seria importante que conseguíssemos determinar quais são os custos associados a cada opção. Nosso governo aderiu a um tipo de visão, a um determinado conjunto de compromissos, como esse fosse o único caminho, respaldado de forma incontestada pela teoria econômica, ou pelo conhecimento acumulado nas academias, o que não é verdade. Ele envolve ganhos: estamos hoje em uma situação mais calma do que há poucos meses atrás. Mas o custo associado é a permanente renovação desse curto

DEBATE

prazo problemático. Creio que nunca dimensionamos seriamente qual seria o preço de optar por outro caminho.

Equilíbrios fiscais são necessários, mas há diferentes métodos de obtê-los. Nas condições em que estamos, os ajustes do setor público são sempre, necessariamente, contracionistas. Os Estados Unidos, por exemplo, independentemente do fato de que ambas as situações são diferentes,

equilibraram receita e despesa e obtiveram excedente fiscal pelo caminho oposto. Sua economia cresce há nove anos. Isso mostra que não há uma só via, e elas têm diferentes impactos distributivos, que precisam ser levados em conta.

Sair do curto prazo é recuperar o controle. Temos que discutir se desejamos fazer isso ou não. Há quem seja contra. Há cerca de três meses,

Roberto Campos escreveu um artigo no jornal *O Globo*, chamado "Soberania para quê?" Em seu tom provocativo, ele indagava: "Soberania para fazer besteira?" Dizia que não devíamos reivindicar soberania, pois não saberíamos o que fazer com ela. Ou, pior: de posse dela, nos desviaríamos do bom caminho. É uma forma de ver as coisas, diferente da minha. Defendo que devemos planejar reformas e

saídas, mas as chances de que isso venha a ser pouco mais que um exercício intelectual são muito pequenas enquanto estivermos submetidos a este "curto prazo" que, na verdade, não é passageiro, não foi concebido para acabar. É um "curto prazo" que se estende indefinidamente. A alternativa a isso é um outro tipo de curto prazo que consista na tentativa de recuperar o controle.

Notícias sobre o Workshop Rio Triple Helix "Redes de Inovação e Relações Universidade-Indústria-Governo: Perspectivas para o Brasil e América Latina", realizado no Rio de Janeiro, 3-9 Junho 1999

José Manoel Carvalho de Mello

COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenador do Workshop Rio Triple Helix

O que há de comum com um sistema de inteligência tecnológica desenvolvido pela Petrobras para a exploração do petróleo em águas profundas; com a instalação de um laboratório de pesquisas da Renault na COPPE como parte integrante de uma estratégia de penetração em novos mercados; com a formação de uma *joint venture* do IVIC (Instituto Venezuelano de Investigación Científica) com uma empresa local de base tecnológica e com o estabelecimento do programa FINEP de Redes Cooperativas de Pesquisa, envolvendo instituições científicas e empresas?

São todos exemplos de processos de inovação tecnológica forjados no seio de redes que articulam Universidade-Indústria-Governo, processos estes para os quais conceitos como o da "Triple Helix" (Hélice Tríplice) podem ser úteis no entendimento de sua complexidade.

O conceito da Hélice Tríplice busca, justamente, capturar essas novas e complexas relações, dar conta das transformações internas em cada hélice; das influências de cada hélice sobre as demais; da criação de novas redes surgidas da interação entre as três hélices; e do efeito recursivo dessas redes tanto nas espirais de onde elas emergem como na sociedade como um todo.

Para a discussão sobre redes de inovação e relações universidade-indústria-governo e suas perspectivas para o Brasil e a América Latina teve lugar o Workshop Rio Triple Helix, realizado de 3 a 9 de junho próximo passado, organizado pela Área de Inovação Tecnológica e Organização Industrial do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, numa reali-

zação conjunta com a Vice-Reitoria da UERJ e com o Instituto Gênese da PUC/RJ, com a promoção da FAPERJ, FINEP e da FUJB/UFRJ e com o apoio da COPPE/UFRJ, da COPPETEC/UFRJ e da Decania do Centro de Tecnologia da UFRJ.

Neste Workshop foram analisados e debatidos inúmeros estudos de caso de estratégias complexas de inovação tecnológica, incluindo os acima citados, implementadas no Brasil e na América Latina.

O Workshop teve início com uma discussão desta temática na América Latina, através de um conjunto de exposições e debates de trabalhos realizados por pesquisadores do México, Venezuela, Argentina, Costa Rica, Uruguai, Brasil, Itália, Estados Unidos e Holanda, versando sobre (i) O Papel do Governo na Inovação; (ii) Revoluções Acadêmicas na América Latina; (iii) Alianças Industriais e Redes Regionais.

Esses trabalhos, em progresso, fazem parte de um livro: Casas, Rosalba; Etzkowitz, Henry; Leydesdorff, Loet; Mello, José (eds) *Networks of Innovation in Latin America: Towards a Triple Helix of University-Industry-Government Relationships*, a ser editado pela MIT Press.

O Workshop contemplou também um painel sobre Políticas Públicas em C&T no estado do Rio de Janeiro, organizado pela FAPERJ e uma sessão plenária composta de palestras sobre a Política Industrial nos Estados Unidos (Henry Etzkowitz, SUNY); a Complexidade e Tecnologia (Loet Leydesdorff, Universidade de Amsterdã) e sobre Redes de Inovação (Mario Cimoli, Universidade de Veneza)

Houve, por último, tendo o Brasil

em foco, um ciclo de mesas organizadas para uma discussão sobre as redes de inovação e relações universidade-indústria-governo, com a presença de representantes de instituições governamentais; empresas; universidades e instituições de pesquisa; e organizações-ponte.

Como recomendações foram ressaltadas a definição de estratégias de inovação mais adequadas às novas condições macroeconômicas; o estímulo à formação de redes de inovação, locais e regionais; a revisão das possibilidades e limites para investimentos em P&D pelo setor produtivo e o estabelecimento de uma agenda de pesquisa (na Universidade) mais comprometida com as demandas sócio-econômicas.

Foram enfatizadas também a necessidade de apoiar iniciativas de criação de incubadoras e empresas de base tecnológica; criar e fortalecer novos mecanismos de acesso ao capital de risco e de proteção à propriedade intelectual consideradas; estimular o empreendedorismo nas universidades; e estabelecer novas sistemáticas de avaliação de projetos desenvolvidos no âmbito das redes de inovação.

A discussão sobre Redes de Inovação e Relações Universidade-Indústria-Governo, numa perspectiva global, terá continuidade no ano próximo, quando da RIO 2000 TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA HÉLICE TRÍPLICE, a ser realizada no Rio de Janeiro, Hotel Glória, de 26 a 29 de Abril de 2000, tendo como mote "A transição sem fim: relações entre desenvolvimento social, econômico e científico numa Hélice Tríplice de relações universidade-indústria-governo".

A terceira conferência internacional da Hélice Tríplice tem seu Comitê

Diretor composto por Rosalba Casas (UNAM, México); Henry Etzkowitz (State University of New York, Estados Unidos); Loet Leydesdorff (Department of Science & Technology Dynamics, Holanda); José Manoel Carvalho de Mello (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) e Judith Sutz (Universidad de la República, Uruguai).

Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria da Terceira Conferência Internacional da Hélice Tríplice [Área de Inovação Tecnológica e Organização Industrial do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ], telefone (0 xx 21) 590-8817, ou na home page www.itoi.ufrj.br/thelix.htm, ou junto a um dos membros do Comitê Local - José Manoel Carvalho de Mello (coordenador), Emmanuel Paiva de Andrade, Antonio José Junqueira Botelho, Nilcea Freire, Lia Hasenclever, Anne-Marie Maculan e Joel Weisz.

Pesquisadores e gestores estão convidados a submeterem trabalhos, incluindo estudos de caso e análises comparativas. Os trabalhos a serem apresentados serão selecionados com base em resumos, escritos em inglês, contendo objetivos, resultados, conclusões e referências, de duas até quatro páginas, em espaço simples.

Instituições também estão convidadas a apresentarem propostas de painéis e de workshops. Resumos de trabalhos e propostas para painéis e workshops devem ser encaminhados via e-mail, na forma de arquivo anexado, processador de texto word, para thelix@pep.ufrj.br, até o dia 04 de outubro de 1999.

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

"A herança do Século XX e a construção do novo século"

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias 13 a 17 de setembro de 1999, no Rio de Janeiro, o XIII Congresso Brasileiro de Economistas e o VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um balanço, ao mesmo tempo abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe, de maneira a captar as aceleradas mutações que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

PROGRAMAÇÃO

TEMÁTICA CENTRAL

Os dois eventos estarão organizados em torno de três aspectos centrais:

Desenvolvimento Inserção internacional Emprego

Haverá um Painel de Abertura e duas conferências, uma a ser organizada em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, outra com a United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD, e um painel de encerramento.

Estes eventos serão únicos para as atividades dos Congressos.

A Cepal foi solicitada e apresentará, em quatro sessões, os resultados da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em países da América Latina.

SESSÃO CEPAL

O eixo - Cepal do encontro destina-se à apresentação do resultado da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em nove países da América Latina, que a Cepal está elaborando e que estará terminado antes da realização do Congresso.

O objetivo da investigação da Cepal é examinar o impacto sobre o compor-

tamento da economia e de seus agentes principais, proveniente do ambiente macroeconômico prevalecente nos anos 90, e das reformas radicais no modelo de funcionamento que predominou até recentemente.

Serão realizadas quatro sessões sobre o trabalho, uma primeira que sintetizará os resultados gerais, uma segunda que apresentará as conclusões relativas ao processo de acumulação de capital, uma terceira que fará o mesmo no que se refere a progresso técnico, e uma quarta que abordará os resultados relativos aos efeitos do ambiente macroeconômico e das reformas sobre o emprego e a distribuição de renda.

Inaugurando o ciclo, será realizada uma sessão comemorativa de 50 anos do "Manifesto Latino-americano" (texto inaugural da Cepal redigido por Raúl Prebisch em 1949). Nesta ocasião, haverá uma homenagem a Celso Furtado pela sua contribuição à economia.

SESSÃO UNCTAD

Esta sessão foi aberta especialmente para a apresentação do importante documento *Trade and Development Report 1999*, que será divulgado previamente no Congresso.

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ
- Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - Sindecon/RJ
- Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro - IERJ

PATROCÍNIO

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE • Governo do Estado do Rio de Janeiro • Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro - FAPERJ • Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - Andima • Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP • Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG • Petrobras • Banco do Brasil | <ul style="list-style-type: none"> • Varig • Gazeta Mercantil • Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Fundação Nacional de Artes/Ministério da Cultura • Livraria Dazibao • Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás • FIRJAN • CIRJ • SESI • SENAI • IEL |
|---|---|

APOIO

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unidad Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe
- Unesco/Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG/UERJ - Nucleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG/UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economia Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico
- Sela - Sistema Econômico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai
- ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- Sobeet - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica
- Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense
- Ibase - Instituto Brasileiro de Análise Sócio-econômica
- AECI - Agencia Española de Cooperación Internacional

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

Atividades culturais estão sendo programadas com o Museu do Folclore e o Museu Nacional de Belas Artes. Para o lazer dos congressistas, está sendo agendada intensa programação com grupos de Música Popular Brasileira.

A Organização do Congresso colocará à disposição dos participantes terminais com acesso gratuito à Internet, através de linha dedicada. Além disso serão concedidos endereços eletrônicos (e-mail) a todos os participantes, que poderão consultar suas

mensagens através de webmail nos terminais. Haverá ainda salas de chat e listas de discussão sobre os vários temas que serão discutidos no Congresso.

Vinte expositores, incluindo editoras, livrarias, instituições de Governo, instituições do mercado financeiro, instituições de pesquisa, bancos, empresas estatais entre outras estarão presentes ao Congresso, em local previamente definido, para disponibilizarem seus produtos e oferecer aos congressistas a oportunidade de tomar contato com a realidade da sua instituição. Durante o evento acontecerão lançamentos de livros de autores nacionais e internacionais.

CONGRESSO

PROGRAMA GERAL

13/09/99					
18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI				
INTERVALO					
21:00 horas	Show de confraternização				
14/09/99		A - DESENVOLVIMENTO	B - INSERÇÃO	C - EMPREGO	D - CURSOS
09:00 às 10:30 horas	Políticas de estabilização e desenvolvimento	Economia internacional no final do século XX	Globalização, modernização tecnológica e emprego	Teoria de Regulação & Defesa da Concorrência	
INTERVALO					
10:45 às 12:30 horas	Globalização, governabilidade e estado-nação	Política comercial, regulação e fluxos de comércio	Desigualdades regionais e políticas de emprego		
ALMOÇO					
14:00 às 16:00 horas	Infraestrutura/Investimento/Financiamento	Lições e experiências recentes de integração regional	Produtividade e emprego industrial		
INTERVALO					
16:15 às 18:00 horas	Desigualdades, distribuição de renda e riqueza	Alca: situação atual e perspectivas	Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho	Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região	
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do manifesto latino-americano de Prebisch (CEPAL) Homenagem ao professor Celso Furtado				
15/09/99		A - DESENVOLVIMENTO	B - INSERÇÃO	C - EMPREGO	D - CURSOS
09:00 às 10:30 horas	Déficit público/endividamento sistema financeiro	OMC: Resultados e preparativos para a rodada do milênio	Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	Teoria de Regulação & Defesa da Concorrência	
INTERVALO					
10:45 às 12:30 horas	Macrocenários nacionais de longo prazo	Globalização financeira e liberalização cambial na região	Emprego e desemprego: diferenças por gênero		
ALMOÇO					
14:00 às 16 horas	Reestruturação industrial e política tecnológica na região	Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego		
INTERVALO					
16:15 às 18:00 horas	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	Padrões de trabalho e comércio internacional	Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região	
INTERVALO					
22:00 horas	Evento cultural / Lazer				
16/09/99		A - DESENVOLVIMENTO	E - CEPAL	F - COMUNICAÇÃO	D - CURSOS
09:00 às 10:30 horas	Educação: base do desenvolvimento econômico/social	Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo Comitê Científico	Teoria de Regulação & Defesa da Concorrência	
INTERVALO					
10:45 às 12:30 horas	A questão regional e a organização do território	Acumulação de capital			
ALMOÇO					
14:00 às 16:00 horas	Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	Progresso técnico			
INTERVALO					
16:15 às 18:00 horas	O Estado num mundo em transformação	Emprego e distribuição de renda: indicadores	Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região		
INTERVALO					
18:30 às 20:00 horas	Sessão especial Unctad: apresentação do relatório trade and development report 1999				
22:00 horas	Evento cultural / lazer				
17/09/99					
09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos				
INTERVALO					
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro Reunião dos presidentes dos colégios de economistas da América Latina e Caribe				

INFORMAÇÕES:

GAUCHE EVENTOS -

Av. Rio Branco, 181/501 - Centro - Telefax: 0(xx) 21 532-2577

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Centro

Tel.: 0(xx) 21 232-8178 - Fax: 0(xx) 21 509-8121 - e-mail: inf@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES:

Gauche Eventos

Av. Rio Branco, 181/501 - Centro

Telefax: 0(xx) 21 532-2577

e-mail: inscr@rioeconomia99.org.br

AGÊNCIA DE VIAGENS

Solid Viagens e Turismo

Tel.: 0(xx) 21 507-0663

http://www.solid.com.br

CONGRESSO

RESULTADO DOS PAPERS

A Comissão de Seleção dos trabalhos submetidos ao XIII Congresso Brasileiro de Economistas e ao VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe encerrou suas atividades de análise e, chegando assim aos resultados finais. A relação está disponível em nossa home page <http://www.rioeconomia99.org.br>. Confira!

COORDENAÇÃO GERAL

- Antônio Corrêa de Lacerda (Cofecon) e-mail: lacerda@cofecon.org.br
- Roberto Verrier Castro (AEALC) e-mail: anec@ceniai.inf.br
- Eduardo Mendes Callado (Corecon/RJ) e-mail: coreconrj@ax.apc.org
- Luís Carlos Prado (IERJ) e-mail: delorme@cofecon.org.br
- Adhemar dos S. Mineiro (Cofecon) e-mail: adhemar@cofecon.org.br
- Luiz Antonio Elias (Cofecon) e-mail: elias@cofecon.org.br
- Sidney Pascoutto (Sindecon/RJ) e-mail: pascoutto@hotmail.com

CURSOS

Durante as atividades do Congresso serão oferecidos três cursos aos participantes graduados. Na proposta original constava o curso Cenários Macroeconômicos, que por razões de agenda, foi cancelado. Em seu lugar propomos o curso Teoria da Regulação & Defesa da Concorrência. As ementas dos três cursos estão disponíveis no endereço da homepage <http://www.rioeconomia99.org.br>.

Para participar do curso, o interessado deve estar inscrito oficialmente no congresso e ser graduado. O congressista deve eleger apenas um curso e, para obtenção do certificado, necessita cumprir integralmente a carga horária.

Devido a capacidade limitada do espaço físico onde se realizará cada curso e com o propósito de garantir maior comodidade, somente participarão os primeiros 50 inscritos em cada um dos cursos. Por razões técnicas não será possível tradução simultânea.

CURSO DE TEORIA DA REGULAÇÃO & DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Objetivo: apresentar o método e a construção teórica da Escola da Regulação enquanto modelo de análise alternativo aos modelos tradicionais mobilizados nos quadros do individualismo metodológico. Analisar as estruturas de mercado, os modelos competitivos e as estratégias comerciais. Esta primeira abordagem terá a duração de 6 horas. Outras três horas serão dedicadas a analisar o papel da defesa da concorrência nas economias modernas.

FONTE DE DADOS, USO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS SOBRE A REGIÃO

Objetivo: A dinâmica do curso visa estimular a troca de experiências no tratamento de informações estatísticas e ampliar a disseminação, de relatórios e indicadores, e promover o intercâmbio entre usuários e os responsáveis por sua produção. Nesse sentido, foram convidados a apresentar os pontos fortes da cultura metodológica e tecnológica as seguintes instituições: CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe; Banco Mundial; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SECAV/MCT - Secretaria de Avaliação e Controle do Ministério de Ciência e Tecnologia; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Banco Central do Brasil.

PENSAMENTO ECONÔMICO PÓS-KEYNESIANO

Objetivo: O curso pretende apresentar o pensamento Pós-Keynesiano e suas principais implicações para a definição de estratégia de política econômica.

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
E RESERVA DE HOTEL,
VISITE A NOSSA HOME PAGE:
<http://www.rioeconomia99.org.br>**

ALGUNS NOMES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

CONVIDADOS NACIONAIS

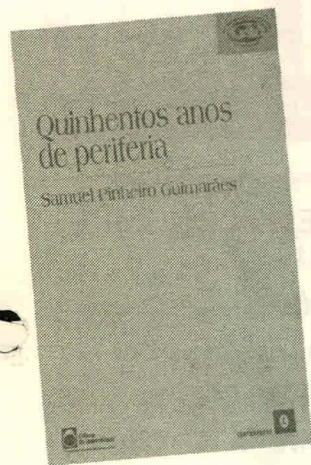
- Edward Amadeu - Secretário de Política - Ministério da Fazenda
- Andrea Calabi - Presidente do BNDES (a confirmar)
- Firmino F. Sampaio Neto - Presidente da Eletrobrás
- Maria da Conceição Tavares - Professora Emérita da UFRJ
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Diretor do IPRI/MRE
- Eugênio Staub - Presidente do IEDI
- Antonio Barros de Castro - IE/UFRJ
- Theotônio dos Santos - Secretário de Rel. Internac. do Gov. do RJ
- Mauro Marcondes Rodrigues - Presidente da FINEP
- Milton Santos - USP
- Wanderley Guilherme dos Santos - Professor do IUPERJ
- Carlos Antonio Luque - Secretário Adjunto de Planejamento de São Paulo
- Julio Sérgio Gomes de Almeida - Secretário Executivo do IEDI
- Renato Bauman - Diretor do Escritório da CEPAL/Brasília
- Ricardo Bielschowsky - CEPAL
- Rosa Maria Marques - Presidente da SEP e professora da PUC/SP
- João Damásio de Oliveira Filho - Presidente da ANPEC
- Adhemar Mineiro - DIEESE/Cofecon
- João Carlos Ferraz - Diretor do IE/UFRJ
- João Sabóia - IE/UFRJ
- Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do IERJ
- Reinaldo Gonçalves - Vice-presidente do CORECON-RJ
- Maria Regina Nabuco Brandão - Presidente Corecon/MG
- Carlos Roberto de Castro - Presidente do Corecon/SP
- Simone Wajnman - Cedeplar/UFGM
- Fábio Erber - Professor do IE/UFRJ
- Fernando Cardim - IE/UFRJ
- Paulo Nogueira Baptista Jr. - FGV/SP
- Maria José Cyllar Monteiro - FGV/RJ
- Antonio Maria da Silveira - FGV/RJ
- Otaviano Canuto - UNICAMP
- Jorge Mattoso - IE/UNICAMP
- Antonio Prado - PUC/SP
- Victor Hugo Klagsbrun - Diretor do Mestrado de Economia da UFF
- Tânia Bacelar - Conselheira do Cofecon
- José Clemente de Oliveira - CORECON-RJ
- José Graziano - IE/UNICAMP
- José Pastore - Professor da USP
- Cândido Grzbowosky - IBASE
- Lia Vals Pereira - FGV/RJ
- Lauro Vieira de Faria - FGV/RJ
- Clélio Campolina Diniz - Cedeplar
- Nelson Chalfun - Corecon/RJ
- Kjeld Aagard Jakobsen - CUT
- Pedro Motta Veiga - SOBEET
- Lauro Ramos - IPEA
- Luciano Coutinho - IE/Unicamp
- Maria Martha Malard Mayer - Diretora da Divisão de Pesquisas/IBGE
- Cláudio Deddeca - ABET
- Rogério Studart - IE/UFRJ
- Ricardo Henriques - IPEA/UFF
- Marco Antonio Vasconcellos - Vice-presidente do Corecon/SP
- Eliana Cardoso - Banco Mundial
- Sergio Mendonça - DIEESE

- Antonio Carlos Barreto - Vice-presidente do Cofecon
- Paulo Egler - SECAV/MCT
- Jose Luis Pagnussat - Corecon/DF
- Ronaldo Rangel - UCAM
- Rui Santa Cruz - CADE
- Renault Michel - UCAM
- José Rubens Garlip - ANGE
- Paulo Cesar Quintslr - Deati/IBGE
- Carlos José Vasconcelos - Deate/IBGE
- Mario Henrique M. Mattos - IBGE

CONVIDADOS INTERNACIONAIS

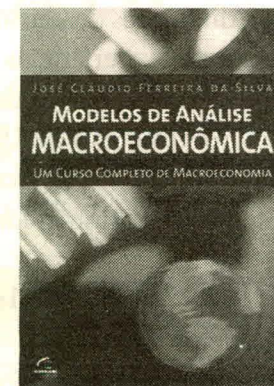
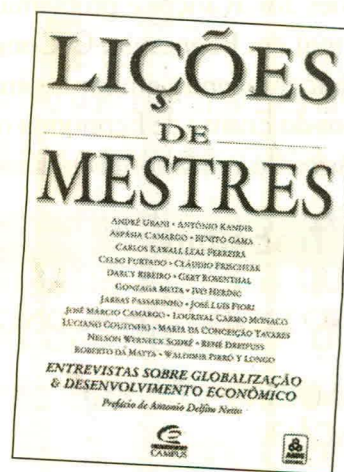
- Joseph Stiglitz - Vice-presidente do Banco Mundial (a confirmar)
- José Antônio Ocampo - Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
- Oswaldo Sunkel - Universidade do Chile
- Bárbara Stalings - Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal
- Rolando Franco - Diretor da CEPAL (a confirmar)
- Carlos J. Moneta - Secretario Permanente do Sistema Econômico Latinoamericano - SELA
- Roberto Escalante - Diretor de pós-graduação da UNAM
- Jan Kregel - Consultor permanente da UNCTAD e Professor da Università degli studi di Bologna e da Johns Hopkins University
- Viviane Ventura-Dias - Directora da CEPAL
- Jorge Kats - CEPAL
- Graciela Moguillanski - CEPAL
- Juergen Weller - CEPAL
- Armando Di Filippo - CEPAL
- Octávio Rodrigues - Instituto de Economia de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay
- Juan Mario Vacchino - Director del Sistema Econômico Latinoamericano - SELA
- Alicia Girón - Directora del Instituto de Investigaciones Economicas - UNAM
- Leonel Corona - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Arturo Huerta - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Francisco López Segrera - Consejero Regional de Ciencias Humanas y Sociales para America Latina y el Caribe - UNESCO
- Daniel Chudnovsky - Universidade Buenos Aires
- John Cantwell - The University of Reading/England
- Samir Amin - Forum do Terceiro Mundo/Senegal
- Julio Carranza - Unesco - Havana
- Axel Didriksson - Coordenador da Cátedra Unesco/Universidad y Integración (México)
- Javier Martínez Peinado - Universidade de Barcelona - Espanha
- Bernardo Kossacof - Cepal/Argentina
- Benjamin Coriat - Universidade de Paris
- Jaime Estay - Universidade Autónoma de Puebla
- Eduardo Mayobre - Diretor da SELA
- Monica Bruckmam - (Perumundo)
- Juan Pablo Arroyo - Presidente do Colégio de Economistas do México

ABRE ASPAS



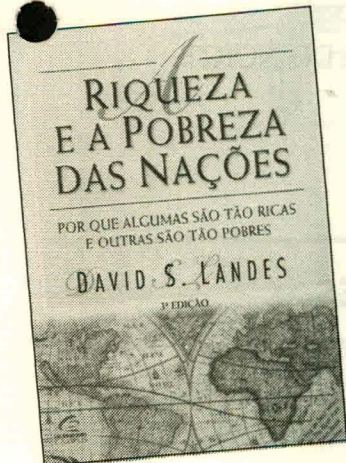
QUINHENTOS ANOS DE PERIFERIA, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, analisa criticamente a reestruturação da ordem mundial pós-Guerra Fria enquanto tentativa de afirmação de uma nova hegemonia norte-americana, bem como das novas estruturas de poder que essa instrumentaliza. Uma vez definido o sistema mundial emergente, o autor aborda as implicações do status periférico dos grandes Estados do Terceiro Mundo, particularmente o Brasil. Finalmente, baseando-se em sua larga experiência diplomática e intelectual, o autor discute os problemas ligados à integração hemisférica, particularmente as tensões entre as concepções subjacentes à ALCA e ao Mercosul. "Com Quinhentos anos de periferia, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães nos oferece um trabalho de melhor qualidade, em que apresenta um nítido quadro de como, desde os descobrimentos marítimos do século 15, se formou no mundo moderno que se desdobra por várias fases históricas e desemboca, depois da Segunda Guerra Mundial, no predomínio americano, como única superpotência do mundo.", Hélio Jaguaribe - do prefácio. Editora da Universidade - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Editora Contraponto, 166p.

LIÇÕES DE MESTRES, oferece ao leitor um conjunto de reflexões sobre o atual momento brasileiro e, em especial, sobre os cenários que se delineiam para o futuro do país, num mundo em célere processo de mudança, sob a égide da globalização. Essas reflexões foram colhidas, na forma de entrevistas com destacados pensadores nacionais, pela revista Rumos do Desenvolvimento. O fio condutor que as une, a análise do complexo quadro econômico e social brasileiro com alto teor de cidadania, e a densidade dessas análises, a cargo de pensadores sociais e econômicos, resultaram numa obra homogênea, que parece ter sido produzida por encomenda sob prévio planejamento - e não como foram colhidas, mês a mês, para compor as edições da revista. Outro aspecto a ressaltar é a pluralidade das visões nela enfeitadas. Foram aqui reunidas entrevistas com André Urani, Antônio Kandir, Aspásia Camargo, Benito Gama, Carlos Kawall Leal Ferreira, Celso Furtado, Cláudio Frischtak, Darcy Ribeiro, Gert Rosenthal, Gonzaga Mota, Ivo Hering, Jarbas Passarinho, José Luís Fiori, José Márcio Camargo, Lourival Carmo Mônaco, Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Nelson Werneck Sodré, René Dreifuss, Roberto da Matta e Waldimir Pirró y Longo. Prefácio de Antonio Delfim Netto. ABDE Editorial, Editora Campus. 270p.

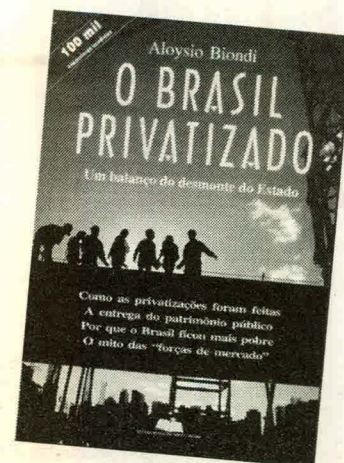


Modelos de Análises Macroeconômica,
Ferreira da Silva.
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

RIQUEZA E A POBREZA DAS NAÇÕES - POR QUE ALGUMAS SÃO TÃO RICAS E OUTRAS SÃO TÃO POBRES, de David S. Landes. Nos últimos 600 anos, as mais ricas economias do mundo têm sido predominantemente européias. Neste final de século, a balança começou a pender para a Ásia, onde países como o Japão cresceram a taxas assombrosas. Por que foram bafejadas pela fortuna essas nações dominantes, e por que tantas outras ainda permanecem atoladas na pobreza? David S. Landes tem uma resposta para essa questão. O autor estuda a história como um processo, tentando compreender como as culturas do mundo atingiram - ou retardaram - o sucesso econômico e militar, e a realização material. Segundo Landes, os países do Ocidente prosperaram cedo devido à interação de uma sociedade aberta, vital, concentrada no trabalho e no saber, o que redundou em aumento de produtividade, criação de novas tecnologias e esforço no sentido da concretização de mudanças. A vantagem essencial da Europa reside em invenção e know-how, tal como se aplicam na guerra, no transporte, na geração de energia, e na perícia em metalurgia. Mesmo assim, as invenções hoje são tão banais quanto aos óculos e o relógio foram, em seu dia, poderosas alavancas que modificaram o equilíbrio de forças entre potências econômicas mundiais. Os novos vencedores econômicos hodiernos estão percorrendo praticamente as mesmas entradas para o poder, enquanto os retardatários fracassaram, de algum modo, na tentativa de duplicar essa fórmula crucial para o sucesso. Editora Campus, 760p.



O BRASIL PRIVATIZADO - UM BALANÇO DO DESMONTE DO ESTADO, de Aloysio Biondy. Segundo o autor, a política de privatização brasileira que vem sendo adotada propicia negócios lucrativos que são feitos à custa do patrimônio público; são negócios ótimos para os "compradores", mas péssimos para o Brasil. Biondy utiliza os casos das privatizações das empresas telefônicas, do Banerj, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da rodovia dos Bandeirantes para mostrar os "negócios da China" que vem sendo fechados. No caso das empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio, e vendeu tudo por uma "entrada" de 8,8 bilhões de reais ou menos - porque financiou metade da "entrada" para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o "comprador" pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores. Na privatização da rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato - e até abril de 1999 não começara a construção da nova pista. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, das quais 1,01 bilhão em "moedas podres" - vendidas aos "compradores" pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos. O autor reúne todo esse material para ratificar que o governo engole dívidas bilionárias, financiando compras, aceitando "moedas podres" a longo prazo, demitindo funcionários. Editora Fundação Perseu Abramo, 48p.



- A Grande Recessão, Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- Globalização e Globobagens, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 23,80
- Introdução à Economia, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- Fundamentos da Moderna Administração Financeira, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- Sucesso, Dummies. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- A Crise do Capitalismo, George Soros. De: R\$ 32,00 Por: R\$ 22,40
- A Riqueza e a Pobreza das Nações, Landes. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- Macroeconomia Moderna, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- Macroeconomia: Teoria Política e Econômica, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
segundas, quartas e sextas,
das 12h às 18h;
terças e quintas,
das 11 às 17h.

Telefone: (021) 232-8178

CONGRESSO

XIV CONGRESSO DA ANGE

Paradigmas do Desenvolvimento & Rumos do Ensino de Economia é o tema do XIV Congresso da ANGE, que será realizado de 12 a 15 de outubro no Rio de Janeiro, na Universidade Candido Mendes, Campus Centro, com apoio do Conselho Regional de Economia. A programação do Congresso está estruturada em painéis, sessões temáticas e mesas de debate.

O Congresso da ANGE consolidou-se como o maior fórum de debates do ensino de graduação em Economia do país, reunindo professores, coordenadores e dirigentes de Curso, estudantes, entidades e profissionais para o intercâmbio de experiências e avaliações dos avanços e problemas observados na formação básica do profissional em Economia. O Congresso a ser realizado neste ano de 1999 estará acontecendo em um momento de importantes definições acerca dos rumos do Ensino de Economia no Brasil e suas implicações junto à formação básica do profissional em Economia.

Chamada de Trabalhos

MESA 1: TEORIA E HISTÓRIA NO ENSINO DE ECONOMIA

Coordenador: José Ricardo Gonçalves
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IE - COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO
Cidade Universitária Zeferino Vaz
13081-000 - Campinas - SP

MESA 2: INFORMÁTICA NO ENSINO E NA PESQUISA DE ECONOMIA

Coordenador: Jorge Cláudio C. de O. Lima
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
ICHS - DEPTO. DE ECONOMIA
Rodovia BR 465 Km 7
23851-970 - Seropédica - RJ

MESA 3: MÉTODOS NÃO-QUANTITATIVOS NA GRADUAÇÃO

Coordenador: Luiz Antonio Domakosky
Rua João Dranka 66 apto. 1004 - Cristo Rei
80530-140 - Curitiba - PR

MESA 4: CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Lineu Maffezoli
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Rodovia do Açúcar, Km. 157 - Campus Taquaral
Caixa Postal 68
13400-911 - Piracicaba - SP

MESA 5: METODOLOGIA E NOVOS PARADIGMAS NO ENSINO DE ECONOMIA

Coordenador: Gentil Corazza
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FAC. DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Av. João Pessoa, 52 sala 33 A
90040-000 - Porto Alegre - RS

MESA 6: MÉTODOS QUANTITATIVOS NA GRADUAÇÃO

Coordenador: Zionam Rolim
Rua Prof.: Julio Ferreira de Melo, 489 - apto. 603 - Boa Viagem
51020-231 - Recife - PE

MESA 7: COMUNICAÇÕES SOBRE O ENSINO DE ECONOMIA

Coordenador: João Rodrigues Neto
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CCSA - DEPTO. DE ECONOMIA
Campus Universitário - Lagoa Nova
59075-000 - Natal - RN

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Secretaria do XIV Congresso
Núcleo de Estudos Aplicados
Rua da Assembléia, 10 - Sala 713 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (0 xx 21) 531-2000, ramal 267
Fax: (0 xx 21) 531-1646
E-mail: 14ange@candidomendes.br

Visite a home page: www.race.nuca.ie.ufrj.br/ange

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos correios até dia 11/08/99